

**APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES
E VIANA DO CASTELO, S.A.**

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2021 - 2023

MARÇO DE 2021

Índice:

Abreviaturas	3
0. Introdução	4
1. Enquadramento	7
1.1. Aspetos Macroeconómicos	7
1.2. Estratégia e Objetivos da Empresa	9
2. Plano de Atividades e Principais Pressupostos.....	11
2.1. Movimento Portuário.....	11
2.2. Política Tarifária	15
2.3. Política de Recursos Humanos	18
2.4. Política de Controlo e Contenção de Gastos.....	18
2.5. Política de Endividamento	27
2.6. Prazos Médios de Recebimento e de Pagamento	27
3. Plano de Investimentos Plurianual e Fontes de Financiamento	28
3.1. Principais Investimentos	29
3.2. Investimentos Plurianuais com início em 2021.....	34
3.3. Fontes de Financiamento	35
3.4. Investimentos de valor superior a 10% do Capital Social da APDL.....	36
4. Análise das Projeções Económico-Financeiras	38
4.1. Orçamento de Rendimentos	38
4.2. Orçamento de Gastos	39
4.3. Conta de Exploração das Unidades de Negócio.....	40
4.4. Demonstração de Resultados Previsional	41
4.5. Orçamento financeiro	42
4.6. Balanço Previsional	43
5. Anexos	45
5.1. Parecer do Órgão de Fiscalização.....	46
5.2. Pedido de Dispensa do Cumprimento dos Princípios Enunciados nos IEPAO 2021	48
5.3. Despachos de membros do Governo de autorizações de situações de exceção ou recrutamento	52
5.4. Balanço Previsional	56
5.5. Demonstração de Resultados Previsional	59
5.6. Fluxos de Caixa Previsionais	62
5.7. Plano de Investimentos Plurianual.....	65
5.8. Orçamento de Gastos (Plano de Redução de Custos)	69
5.9. Memória descritiva dos novos investimentos com expressão material	72
5.10. Análise Custo Benefício para o recrutamento de pessoal	77

Abreviaturas

Abreviatura	Designação
AGM	Avaliação de Gestão Mensal
AMT	Autoridade para a Mobilidade e Transportes
APDL	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.
BEI	Banco Europeu de Investimento
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
DGRM	Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DLEO	Decreto-lei Execução Orçamental
DUE	Deliberação Social Unânime por Escrito
EACP	Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017 de 24 de novembro
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i> - Resultados Antes de Juros e Impostos
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> – Resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações
FB	Financiamento Bancário
FC	Fundos Comunitários
FP	Fundos Próprios
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GTIEVA	Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado
IGCP	IGCP - Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública
IHT	Isenção do Horário de Trabalho
IEPAO	Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento
IRCT	Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho
ISPS	<i>International Ship and Port Facility Security</i>
JUL	Janela Única Logística
OE	Orçamento de estado
PL	Porto de Leixões
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
PVC	Porto de Viana do Castelo
PRC	Plano de redução de Custos
RMMG	Retribuição Mínima Mensal Garantida
ROACE	<i>Return On Average Capital Employed</i>
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
TPL	Terminal de Petroleiros de Leixões
UN	Unidade de negócio
VTS	<i>Vessel Traffic System</i>
VND	Via Navegável do Douro

0. Introdução

Esta nova versão de Plano de Atividades e Orçamento para 2021-2023 da APDL foi elaborado em observância das diretrizes definidas pelo Acionista, num contexto marcado pela pandemia SARS-Cov-2 ao nível económico e social, que gerou fortes impactos na atividade da empresa em 2020 e que se mantém em 2021, agravados pelo encerrar da atividade de refinação da Petrolgal em Matosinhos a partir do 2º semestre do ano.

Contudo, a APDL necessita de continuar a atender aos desafios que se colocam às três unidades de negócio, Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, destacando-se a promoção dos investimentos contemplados na EACP, os quais obrigam a um esforço financeiro elevado, ancorado numa expectativa de sustentabilidade e competitividade, aumento de tráfego e estimativa de incremento dos rendimentos, o que tem vindo a ser colocado em causa pela conjuntura pandémica atual.

O maior esforço de investimento previsto para o triénio 2021-2023 será realizado no Porto de Leixões para adequar as infraestruturas ao aumento da dimensão dos navios, responder ao incremento da procura no segmento da carga contentorizada, permitindo assim sustentar o seu posicionamento no mercado do transporte marítimo de mercadorias e garantir um elevado nível de oferta aos clientes, em termos de frequência de linhas regulares para diferentes destinos.

Outra vertente de investimento relevante decorre das exigências ambientais que se colocam atualmente ao Porto de Leixões e da necessidade de evoluir para um sistema de transportes com baixo teor em carbono, com redução dos impactes ambientais do transporte marítimo, nomeadamente ao nível das emissões de poluentes atmosféricos dos navios e da movimentação das cargas.

Aproximar a realidade operacional do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro ao Porto de Leixões, constitui um desafio exigente e constante nos próximos anos, dadas as realidades destas unidades de negócio, passando no caso do PVC essencialmente pela captação de mais tráfego e no caso da VND pela aplicação gradual da nova política tarifária aprovada em 2018. Subsistem ainda para explorar algumas oportunidades, na perspetiva da complementaridade do Porto de Viana do Castelo ao Porto de Leixões - porto da rede *Core* das Redes Transeuropeias de Transporte (RTE-T) e do Corredor Atlântico - e nas sinergias a estabelecer com a Via Navegável do Douro, a única via navegável interior de Portugal classificada na rede *Core* das RTE-T.

As áreas de negócio do Porto de Leixões, o Terminal de Cruzeiros e a Plataforma Logística, ainda em fase de expansão da sua atividade, continuam a exigir um maior empenho da empresa para incentivar os respetivos negócios de modo a que o nível de gastos apresente o devido acompanhamento do lado dos rendimentos.

No período 2021-2023 a APDL estima investir 228,1 milhões de euros, distribuídos pelas 3 unidades de negócio, conforme consta do quadro abaixo:

milhares de euros

Investimentos	2021	2022	2023	Total
Porto de Leixões	59 059	119 278	32 400	210 737
Porto de Viana do Castelo	9 008	444	180	9 632
Via Navegável do Douro	3 045	3 232	1 461	7 738
Total	71 112	122 954	34 041	228 107

Destacam-se os seguintes investimentos:

- No porto de Leixões, o Prolongamento do Quebra-mar exterior em 300 metros, Aprofundamento do Canal de Entrada para -16,85 metros e da Bacia de Rotação para -15,5 metros, de forma a solucionar os constrangimentos relacionados com a maior dimensão dos navios que demandam o porto de Leixões. Este investimento considerado fundamental para garantir as condições de abrigo e manobra, contempla um valor de investimento global de 141,6 milhões de euros, estimando-se um montante de 19,9 milhões de euros de investimento a realizar em 2021.
- No porto de Viana do Castelo, o Aprofundamento do Anteporto e do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais e Cais do Bugio, no montante de 18,5 milhões de euros, dos quais 8,0 milhões de euros em 2021.
- Na Via Navegável do Douro, a criação de novos postos de acostagem ao longo da VND, de forma a propiciar melhores condições de segurança e níveis de serviço adequados aos utilizadores da via, estando previsto o investimento de 3 milhões de euros em 2021 na reabilitação de infraestruturas existentes e na melhoria das redes de água, energia, saneamento e recolha de resíduos.

Em termos de fontes de financiamento, o investimento constante do PAO 2021-2023 pressupõe o recurso a fundos próprios da empresa em 49%, a financiamento comunitário em 23%¹, a financiamento bancário em 24%, a Capítulo 50.º do Orçamento de Estado em 4% e o remanescente em participações de concessionários e seguradoras.

Para além dos fundos comunitários e do Orçamento de Estado, a APDL terá que contrair, para além do empréstimo associado à candidatura CEF Blending, no valor de 17,5 milhões de euros, um empréstimo adicional previsto no valor de 37,5 milhões de euros.

No quadro seguinte, apresentam-se as fontes de financiamento que apoiam os investimentos a realizar pela APDL no triénio.

milhares de euros

Financiamento do Investimento	2021	2022	2023	Total
Fundos Comunitários	6 427	33 919	11 117	51 463
Orçamento de Estado – Capítulo 50º	3 223	3 224	1 641	8 088
Financiamento bancário	17 500	37 500	0	55 000
Fundos Próprios	42 730	48 311	21 283	112 324
Outros financiamentos	1 232	0	0	1 232
Total	71 112	122 954	34 041	228 107

Esta Administração tem como pressuposto a não distribuição de dividendos ao acionista ao longo do triénio, atendendo ao elevado esforço financeiro exigido para a concretização do Plano de Investimentos.

Nesta perspetiva, a APDL prevê para 2021 um EBITDA de 20,9 milhões de euros.

Para este desiderato, contribuirá principalmente a unidade de negócios de Leixões com 22,3 milhões de euros, já que as unidades de negócio de Viana do Castelo e do Douro deverão registar EBITDA bastante

¹ Este valor considera candidaturas submetidas e aprovadas.

mais reduzidos, de 6 mil euros e de -1,5 milhões de euros, respetivamente (conforme espelhado no Capítulo 4.3. Conta de Exploração das Unidades de Negócio).

Para 2021 prevê-se uma evolução negativa do Resultado Líquido em 39,2% face ao ano 2019 e do ROACE em 0,64 p.p. face ao mesmo ano de referência.

Indicadores Económicos	2019	2020	2021	2021 vs. 2019	
	(Real)	(Estimativa)	(Previsão)	Valor	%
EBITDA (milhares de euros)	24 516	21 858	20 874	-3 642	-14,86%
EBIT (milhares de euros)	9 327	10 862	5 353	-3 975	-42,61%
Resultado Líquido (milhares de euros)	6 257	8 037	3 803	-2 453	-39,21%
ROACE (em %)	1,54%	1,85%	0,90%		-0,64 p.p.

Por último, realça-se que a APDL tem procurado assumir uma perspetiva de gestão integrada, privilegiando soluções de coordenação e complementaridade e de cooperação entre as várias unidades de negócio de modo a permitir um maior e mais racional aproveitamento dos recursos disponíveis, contribuindo assim para a sustentabilidade de cada uma das três unidades negócio.

O Conselho de Administração,

Nuno Miguel da Costa Araújo

Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Joaquim Pereira Gonçalves Silva

1. Enquadramento

1.1. Aspetos Macroeconómicos

Conforme indicado no Despacho nº 395/2020 do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, de 27 de julho, os pressupostos macroeconómicos de referência para a economia portuguesa considerados na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento são os seguintes:

CENÁRIO MACROECONÓMICO	2019 (real)	2020 (estimativa)	2021 (previsão)	2022 (previsão)	2023 (previsão)
1. DESPESA E PIB (Variação em %)					
PIB	2,2	-6,9	4,3	3,8	2,1
Consumo Privado	2,2	-4,3	3,8	3,0	1,9
Consumo Público	1,1	3,1	-0,8	0,8	0,5
Investimento (FBCF)	6,6	-12,2	6,1	4,5	4,5
Procura Interna	2,7	-5,1	3,8	2,9	2,2
Exportações	3,7	-15,4	8,4	11,2	3,9
Importações	5,2	-11,4	7,0	8,5	3,9
2. PREÇOS (Variação em %)					
Taxa de inflação	0,3	-0,2	0,4	1,1	1,5
3. EMPREGO E DESEMPREGO					
Emprego Total (Variação em %)	0,8	-3,9	1,7	1,5	0,4
Taxa de Desemprego (em %)	6,5	9,6	8,7	7,6	5,4

Fontes:

2019, 2020 e 2021: Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 que aprova o Programa de Estabilização Económica e Social

2022: Boletim Económico junho/2020 do Banco de Portugal

2023: Programa de Estabilidade 2019-2023

A atividade económica em Portugal deverá conhecer, no ano 2020, um abrandamento face ao observado no ano anterior, em virtude da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2. Assim, o ano de referência a ser tomado em consideração pela APDL para a elaboração do plano anual e plurianual é, não o ano de 2020, mas sim o ano de 2019.

Prevê-se que em 2020 o PIB venha a registar uma quebra de 6,9%, abaixo dos 2,2% registados no ano anterior. Para este cenário contribuem as expectativas bastante negativas para o comércio internacional, mais nas exportações do que nas importações, mas também a queda abrupta no investimento, indicadores com quedas acima dos dois dígitos.

De igual modo, a perspetiva para o consumo privado é negativa, com este indicador a passar dos +2,2% em 2019 para os -4,3% em 2020. Numa tentativa de mitigar o impacto da crise, o Estado Português reforçará a aplicação de recursos na economia, aumentando o seu consumo em dois pontos percentuais de 2019 para 2020, para os 3,1%. Contudo, deverá assistir-se a uma contração do consumo público em 2021 (-0,8%), ano em que o consumo privado estará de regresso ao crescimento (+3,8%).

O cenário para a taxa de inflação deverá ser o de deflação, ou seja, deveremos ter uma descida generalizada dos preços que aponta para uma queda de 0,2%. A previsão da inflação para 2021 continuará a ser muito modesta de apenas 0,4%.

As projeções para a evolução da taxa de desemprego apontam para um aumento significativo, passando dos 6,5% em 2019 para 9,6% em 2020.

Face ao cenário de desaceleração económica projetado para 2020, o movimento de mercadorias nos portos de Leixões, Viana do Castelo e Douro sofreu um decréscimo de 12,5%, impulsionado, especialmente, pela evolução negativa do tráfego de granéis líquidos. Esta perspetiva negativa mantém-se agora para 2021.

1.2. Estratégia e Objetivos da Empresa

As linhas estratégicas definidas pela Tutela setorial e o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2017-2026 constituem os principais referenciais estratégicos da APDL a médio e longo prazo.

O alinhamento com o interesse nacional, tem uma tradução clara na EACP, estando aí incluídos os investimentos nos projetos mais emblemáticos do porto de Viana do Castelo, do porto de Leixões e da via navegável do Douro, bem como os projetos transversais aos portos portugueses (implementação da JUL, da Fatura Única Portuária, da Modernização do VTS, do Portugal Hub GNL e *Portugal Tech Clusters*).

Por outro lado, a APDL objetiva cumprir as orientações fixadas pela Tutela financeira para o Setor Empresarial do Estado, segundo o Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro e as IEPAO, que se refletem sobretudo ao nível do cumprimento de princípios económicos e financeiros, de promoção de investimentos criteriosos e à obtenção de melhores resultados e maior eficiência.

Para além destas orientações definidas pelas tutelas setorial e financeira, a APDL persegue o objeto definido nos seus Estatutos, que se traduz na “administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas.”

A APDL procura ainda articular todas estas diretrizes, com a plena operacionalidade das unidades de negócio que gere, a defesa da qualidade do serviço público prestado, a prevenção de riscos ambientais, a coordenação e colaboração com os agentes políticos, económicos e sociais, e a consolidação da imagem institucional reconhecida e valorizada na sua envolvente.

Nesse âmbito, a Missão, Visão e Valores, são apresentados de seguida.

A **Missão**, ou seja, a razão da existência da APDL é *“Prestar serviços de reconhecido valor aos clientes e utilizadores do sistema de portos geridos pela APDL, na vertente comercial, logística e turística através de uma adequada oferta de infraestruturas, de uma elevada eficiência operacional, de sistemas tecnológicos e de práticas inovadoras, de recursos humanos qualificados e motivados, de uma prática de sustentabilidade e de segurança, ordenando e desenvolvendo o espaço portuário e assegurando a adequada integração urbana, envolvendo as comunidades portuárias.”*

A **Visão** é *“Sistema portuário (Leixões, Viana e Douro) de excelência, fluido e leve, indutor de criação de valor e desenvolvimento sustentável, integrado na rede logística e do turismo da fachada Atlântica da Península Ibérica. Juntos criamos mais valor”*.

Os **Valores** que pautam a sua atuação são:

- *Partilha, articulação e integração de infraestruturas e competências entre as três unidades de negócio da APDL*
- *Liderança em sustentabilidade e inovação*
- *Orientação para o cliente e postura sistemática de excelência*
- *Ética, lealdade e orgulho de pertença à empresa*
- *Motivação e reconhecimento do mérito dos colaboradores*
- *Fiabilidade, segurança e salvaguarda do ambiente nas operações*
- *Criação de valor e sustentabilidade financeira*
- *Exercício pleno de autoridade portuária orientado para o interesse público*
- *Integração com a envolvente e promoção do desenvolvimento regional*

A um nível mais tático e operacional, a APDL revisita anualmente o seu Mapa Estratégico, que integra os Objetivos Estratégicos a alcançar pela empresa, organizados de acordo com a metodologia *Balanced ScoreCard*, que permite mapear as interações entre os Objetivos Estratégicos, de forma a garantir um maior alinhamento. Para cada Objetivo Estratégico são definidos indicadores, planos de ações e projetos que permitem medir a respetiva execução de acordo com as metas estabelecidas.

O acompanhamento e controlo da execução da Estratégia e do desempenho da empresa é efetuado numa base mensal, através de reuniões do Conselho de Administração com as chefias de primeiro nível da empresa, denominadas por AGM, sendo identificados os desvios e definidas as medidas corretivas mais adequadas, tendo por base a metodologia FCA (Facto, Causa, Ação).

Nestas sessões é analisada igualmente a evolução da atividade face ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento, ao nível do tráfego marítimo e fluvial, da execução do investimento, da qualidade do serviço prestado, do impacto económico-financeiro, da evolução dos princípios fixados pela Tutela financeira, do cumprimento das metas dos indicadores definidos, permitindo implementar as ações necessárias para corrigir e melhorar o desempenho da empresa e de cada uma das unidades de negócio.

Para além deste acompanhamento e controlo interno, a APDL:

- publica na sua página da internet informação sobre o desempenho da empresa (Relatório e Contas, Relatório de Governo Societário, Relatórios de Gestão trimestrais, Plano de Atividades e Orçamento);
- efetua reportes mensais/trimestrais de informação junto das Tutela financeira em SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira);
- efetua reporte de informação sobre execução de investimentos e evolução da atividade junto da Tutela setorial e;
- efetua a prestação de contas ao Tribunal de Contas.

2. Plano de Atividades e Principais Pressupostos

2.1. Movimento Portuário

Na elaboração das projeções de movimento portuário, a APDL suporta-se nas previsões dos concessionários de serviço público e de uso privativo que operam no porto de Leixões e nos clientes e operadores que desenvolvem atividade no porto de Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro. Essas previsões são posteriormente alvo de reflexão interna, tendo em conta as evoluções históricas e o enquadramento macroeconómico, alcançando-se assim a projeção de tráfego das unidades de negócio da APDL.

Porto de Leixões

O ano 2020 encerrou com um movimento inferior ao obtido no ano anterior, motivado pela significativa quebra dos granéis líquidos, em virtude da diminuição da atividade ocorrida na refinaria de Matosinhos que refletiu o impacto negativo muito marcado da pandemia na primeira metade do ano, que conduziu a uma diminuição de cerca de 28,4% do movimento neste segmento de carga. Também na carga geral fracionada e nos granéis sólidos se registaram decréscimos de 3,4% e 17,0%, respetivamente, em relação ao ano anterior. As únicas exceções registaram-se nos segmentos de carga contentorizada e roll-on/roll-off, que verificaram um desempenho positivo de 2,8% e 1,1%, respetivamente, relativamente a 2019, mas cujo crescimento se deve em grande parte ao desvio de carga de outros portos nacionais pelas greves aí ocorridas e ao crescimento do interface ferroviário em Leixões.

Em 2021, em função da manutenção da conjuntura pandémica e do encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos, prevê-se que o movimento de mercadorias decresça 4,1% face a 2020.

Por tipo de carga prevê-se que:

- a carga geral fracionada atinja as 930 mil toneladas, apresentando uma variação negativa face ao ano anterior de 6,9%;
- os granéis sólidos registem um movimento de 2 142 mil toneladas, o que representa um decréscimo de 1,9% face a 2020;
- a carga contentorizada registre um aumento de aproximadamente 3,9% face ao registo de 2020, fixando-se nas 7 280 mil toneladas;
- o movimento roll-on/roll-off apresente um crescimento de 4,8%, o qual se estima em 1 400 mil toneladas;
- nos granéis líquidos se verifique um recuo significativo do nível de atividade, prevendo-se um movimento de 4,6 milhões de toneladas.

O movimento de navios deverá reduzir-se em 2021, quer em número, quer em GT, esperando-se 2 263 navios e 27,8 milhões de GT, respetivamente. Desta forma, é expectável um crescimento do GT médio face a 2020, alcançando os 12,3 mil GT por navio.

Ao nível do movimento de passageiros de cruzeiros, prevê-se um movimento nulo em 2021.

Quadro Síntese do Movimento do Porto de Leixões

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023							
MOVIMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
PORTO DE LEIXÕES							
NAVIOS ENTRADOS							
» Número	2 551	2 575	2 474	2 263	2 233	2 299	-8,5%
» GT - Arqueação Bruta	34 316 896	35 390 589	28 612 144	27 759 603	27 390 128	28 204 200	-3,0%
» GT / Navio	13 452	13 744	11 565	12 266	12 266	12 266	6,1%
MERCADORIAS (toneladas)	19 209 314	19 556 008	17 075 970	16 367 853	16 150 000	16 630 000	-4,1%
CAIS COMERCIAIS	11 502 915	11 851 211	11 587 746	11 832 000	12 390 000	12 870 000	2,1%
» Carga Geral Fraccionada	992 765	1 033 922	998 537	930 000	950 000	970 000	-6,9%
» Graneis Sólidos	2 581 786	2 630 741	2 183 634	2 142 000	2 460 000	2 700 000	-1,9%
» Granéis Líquidos	68 600	54 476	65 536	80 000	80 000	80 000	22,1%
» Ro-Ro	1 157 680	1 321 619	1 335 904	1 400 000	1 470 000	1 540 000	4,8%
» Carga Contentorizada	6 702 084	6 810 453	7 004 136	7 280 000	7 430 000	7 580 000	3,9%
TERMINAIS PETROLEIRO e OCEÂNICO							
» Granéis Líquidos	7 706 398	7 704 797	5 488 224	4 535 853	3 760 000	3 760 000	-17,4%
CONTENTORES							
» Número	402 887	412 967	425 398	436 000	445 000	454 000	2,5%
» TEU's	670 093	685 810	703 942	715 000	729 000	744 000	1,6%
PASSAGEIROS							
» Número	117 096	88 696	6 477	0	48 664	77 863	-100,0%

Porto de Viana do Castelo

O movimento total verificado em 2020 fixou-se nas 357 mil toneladas o que correspondeu a uma redução face ao ano anterior de 6,1%, com todos os tipos de carga a recuarem com exceção dos granéis sólidos.

Para 2021 prevê-se um crescimento no movimento de mercadorias, para as 405 mil toneladas, o que representa um aumento de 13,4%, face a 2020, suportado em todos os tipos de carga, com exceção dos granéis sólidos. Prevê-se um crescimento do movimento total em 2021, não só através dos tráfegos já existentes, mas também através da captação de novas cargas.

No que respeita ao movimento de navios, prevê-se para 2021, um crescimento no número de navios e na arqueação bruta.

Na construção naval prevê-se um crescimento da atividade dos estaleiros navais, suportado em encomendas já efetivadas, estando previsto entregar 1 novo navio durante o próximo ano, situação que se deverá manter também nos anos seguintes. No segmento da reparação naval, prevê-se um acréscimo superior ao registado em 2020 em 38,5%. De salientar que em 2020 os estaleiros navais iniciaram-se no segmento da reconversão de navios, promovendo a transição energética do sistema de propulsão dos navios para combustíveis alternativos, compatíveis com as disposições e regras ambientais da UE e o QAN (Quadro de Ação Nacional), segmento que se espera consolidar nos próximos anos.

Quadro Síntese do Movimento do Porto de Viana do Castelo

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023							
MOVIMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
PORTO DE VIANA DO CASTELO							
NAVIOS ENTRADOS							
» Número	184	200	201	202	247	272	0,5%
» GT - Arqueação Bruta	728 100	831 727	816 595	843 262	1 030 654	1 134 760	3,3%
» GT / Navio	3 957	4 159	4 063	4 175	4 175	4 175	2,8%
NAVIOS ESTALALEIROS NAVAIS							
» Reparações	28	31	26	36	42	47	38,5%
» Construções	3	5	2	1	1	1	-50,0%
MERCADORIAS (toneladas)	326 325	380 196	357 165	405 000	495 000	545 000	13,4%
Geral fracionada	194 043	186 845	170 325	214 200	267 000	297 000	25,8%
Granéis sólidos	89 136	146 657	147 574	145 800	183 000	203 000	-1,2%
Granéis líquidos	41 784	45 920	39 237	45 000	45 000	45 000	14,7%
Carga Contentorizada	1 361	774	28	0	0	0	-100,0%

Via Navegável do Douro

Em 2020, face à situação conjuntural associada à pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o movimento de passageiros entre albufeiras ficou pelos 51,4 mil passageiros, o que representa um decréscimo face ao ano anterior de 83,4%.

No decurso do próximo ano prevê-se um crescimento do movimento de passageiros entre albufeiras ainda assim inferior ao registado no ano 2019, considerando que se prevê que a retoma da atividade marítimo-turística na Via Navegável do Douro ocorra lentamente.

Quanto ao tráfego de mercadorias, o ano 2020 encerrou com 41,4 mil toneladas, prevendo-se para 2021 um movimento superior em cerca de 2%.

Quadro Síntese do Movimento da Via Navegável do Douro

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023							
MOVIMENTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO							
NAVIOS ENTRADOS							
» Número	19	25	21	22	25	26	4,8%
MERCADORIAS (toneladas)	33 829	44 706	41 357	42 200	47 000	50 000	2,0%
» Geral fracionada	14 623	19 353	13 416	16 200	19 000	20 000	20,7%
» Graneis Sólidos	19 206	25 353	27 941	26 000	28 000	30 000	-6,9%
PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)							
» Número	302 000	308 681	51 393	190 191	362 000	608 000	270,1%

Em termos agregados, prevê-se em 2021 um decréscimo global de 3,8% no movimento de mercadorias, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro Síntese do Movimento Total

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023							
MOVIMENTO (toneladas)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
PORTO DE LEIXÕES	19 209 314	19 556 008	17 075 970	16 367 853	16 150 000	16 630 000	-4,1%
PORTO DE VIANA DO CASTELO	326 325	380 196	357 165	405 000	495 000	545 000	13,4%
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO	33 829	44 706	41 357	42 200	47 000	50 000	2,0%
TOTAL	19 569 467	19 980 910	17 474 492	16 815 053	16 692 000	17 225 000	-3,8%

2.2. Política Tarifária

Na definição da sua política tarifária a APDL procura conjugar os pressupostos macroeconómicos para o triénio referidos no Capítulo 1., com o cumprimento das orientações da Tutela setorial e do regulador AMT, ao mesmo tempo que assegura os compromissos de serviço público e de parceiro da economia nacional, sem descurar a sua sustentabilidade económico-financeira.

A magnitude da queda da atividade económica em 2021 e a sua posterior recuperação dependem, entre outros fatores, da interação entre a evolução da pandemia e as políticas implementadas. Às medidas de contenção, que implicam diretamente a suspensão da atividade de muitas empresas e restrições à mobilidade dos cidadãos, juntam-se os efeitos negativos da incerteza sobre as intenções de consumo e investimento. A APDL de forma a minorar estes efeitos identificou um conjunto de medidas de auxílio aos clientes do Sistema Portuário gerido pela Administração Portuária, tendo para o efeito elaborado um Plano de Contingência Económico-Financeiro e implementado um conjunto de medidas de apoio à retoma progressiva da atividade em especial nas áreas dominial e marítimo-turística.

Perante o contexto muito adverso gerado pela pandemia SARS-Cov2, em 2021, as alterações ao tarifário dos portos de Leixões e de Viana do Castelo pretenderam incentivar o incremento da atividade portuária com quebras acentuadas da atividade económica. Assim, a APDL propôs à AMT não atualizar as taxas portuárias previstas no Regulamento de Tarifas dos portos de Leixões e Viana do Castelo, mantendo-se em 2021 o tarifário aprovado para o ano de 2020, introduzindo pequenas alterações ao nível da TUP Navio, onde foram propostas reduções para o segmento dos Estaleiros Navais, e da tarifa de Recolha de Resíduos, que sofre modificações ao nível da estrutura tarifária, de forma a abranger uma maior diversidade de tipologias de resíduos produzidas atualmente pelos navios.

Estas medidas traduzem-se em ganhos significativos para os utilizadores dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.

Quanto às taxas dos fornecimentos e serviços que dependem de terceiros, foram atualizadas em 2021 em função da alteração do tarifário dos fornecedores da APDL, que corresponderam à taxa de inflação registada em 2020.

Relativamente à Taxa de Uso de Infraestruturas e Exercício da Atividade das Empresas de Estiva, que é aplicada em todos os cais não concessionados dos portos de Leixões e de Viana do Castelo, foi atualizada em 2021 de acordo com o índice de preços no consumidor (IPC), registado no mês de setembro de 2020, excluindo a habitação, publicado pelo INE.

No porto de Leixões, e no que respeita às taxas das concessões, vulgo rendas, a atualização foi a seguinte:

- ✓ **Concessões de serviço público** (Terminal de Contentores de Leixões, Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões e Silos de Leixões) - atualização das rendas dos concessionários para 2021 com base na taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), registada no mês de setembro de 2020, excluindo a habitação;

- ✓ **Concessão dos Terminais Petrolífero e Oceânico** – atualização com base no índice de preços no consumidor registado no ano 2020, excluindo a habitação;
- ✓ **Restantes concessões** – atualização com base no índice de inflação registado no ano 2020.

Quadro síntese de atualização tarifária:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023			
REFERENCIAIS DA ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA	2021	2022	2023
PORTO DE LEIXÕES			
TUP Navio			
» Navios Tanque	0,00%	0,40%	1,10%
» Navios Contentores e Roll-On/Roll-Off	0,00%	0,40%	1,10%
» Restantes navios	0,00%	0,40%	1,10%
Tarifas de Pilotagem, Reboque, Amarração, Armazenagem, Uso de Equipamentos	0,00%	0,40%	1,10%
Recolha de Resíduos			
» Resíduos de hidrocarbonetos e águas sanitárias	-8,80%	0,40%	1,10%
» Restantes resíduos	0,00%	0,40%	1,10%
Concessões			
» Terminal Petrolífero	0,00%	0,40%	1,10%
» Terminal Contentores	0,00%	0,40%	1,10%
» Terminal Carga Geral e Graneis	0,00%	0,40%	1,10%
» Silos de Leixões	0,00%	0,40%	1,10%

No porto de Viana do Castelo as taxas das concessões e licenças foram atualizadas de acordo com os contratos de concessão e alvarás de licença respetivos, como segue:

- ✓ West Sea - Estaleiros Navais, Lda., ENERCONPOR - Energias Renováveis de Portugal e Lankhorst Euronete Portugal, S.A.: com base no IPC, publicado pelo INE;
- ✓ GALP- Terminal de Asfalto, Secil – Terminal de Cimento e Cimpor - Terminal de Cimento: com base no coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, publicado pelo INE;
- ✓ Parque Empresarial da Praia Norte, em parceria com Câmara Municipal de Viana do Castelo (concessão), o Porto de Viana do Castelo beneficia de uma contrapartida de 50% das rendas cobradas pela autarquia: com base no IPC sem habitação, publicado pelo INE;
- ✓ Nogarport: com base no coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento, publicado pelo INE e na movimentação anual de carga.

Quanto às tarifas aplicadas na náutica de recreio e as tarifas de usos dominiais foram atualizadas em função da taxa de inflação registada em 2020.

Quadro síntese de atualização tarifária:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021-2023			
REFERENCIAIS DA ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA	2021	2022	2023
PORTO DE VIANA DO CASTELO			
TUP Navio			
» Navios Tanque	0,00%	0,40%	1,10%
» Restantes navios	0,00%	0,40%	1,10%
» Navios ou embarcações em construção a flutuar nos estaleiros	-20,00%	0,40%	1,10%
Tarifas de Pilotagem, Reboque, Amarração, Armazenagem, Uso de Equipamentos	0,00%	0,40%	1,10%
Recolha de Resíduos			
» Resíduos de hidrocarbonetos e águas sanitárias	-8,80%	0,40%	1,10%
» Restantes resíduos	0,00%	0,40%	1,10%
Concessões e Licenças			
» WestSea	-0,20%	0,40%	1,10%
» Enerconpor	-0,20%	0,40%	1,10%
» Lankhorst Euronete	-0,20%	0,40%	1,10%
» Galp	-0,20%	0,40%	1,10%
» Cimpor	-0,20%	0,40%	1,10%
» Parque Empresarial da Praia Norte	-0,20%	0,40%	1,10%
» Nogarport	-0,20%	0,40%	1,10%

Relativamente à Via Navegável do Douro, entrou em vigor em 1 de agosto de 2018, o Regulamento de Tarifas o qual está a ser implementado de forma faseada, ao longo de quatro anos, tendo-se pressuposto para 2021 a manutenção do tarifário em vigor.

A implementação gradual deste tarifário possibilita a adaptação dos utentes da via, ao mesmo tempo que faz corresponder a aplicação das novas tarifas à introdução das melhorias em curso na via navegável do Douro, as quais permitem à APDL elevar a qualidade de serviço para níveis alinhados com as melhores práticas e *standards* europeus, nomeadamente ao nível dos sistemas de segurança, de informação e comunicações.

Quanto às rendas dos dois contratos de **concessão de serviço público** em vigor na VND foram atualizadas da seguinte forma:

- ✓ RG Rogranit Grantax – Granitos, Lda., concessionária dos portos comerciais de Sardoura e de Régua-Lamego - com base no IPC, publicado pelo INE;
- ✓ José Jesus Oliveira, concessionário de um porto fluvial na Quinta da Várzea: a renda do contrato aplica-se em conformidade com o estabelecido na cláusula 9.ª do contrato.

As taxas das concessões foram atualizadas de acordo com o estipulado nos respetivos contratos de concessão, como segue:

- ✓ B'Sport – Infraestruturas e Atividade de Desporto, Turismo e Lazer, Lda: com base no IPC exceto habitação, publicado pelo INE, sempre que a mesma tenha evolução positiva.
- ✓ Município de Castelo de Paiva: 50% da receita líquida obtida da exploração da concessão, deduzida dos encargos do Município com a manutenção e limpeza dos Cais de Sardoura/Boure, Midões e Castelo.

2.3. Política de Recursos Humanos

No passado recente e, por certo, no futuro mais próximo, a gestão de recursos humanos será fortemente condicionada pela pandemia da doença COVID-19.

De facto, na sequência das medidas de contingência impostas que determinaram limitações na livre circulação de pessoas e impuseram novas regras em termos de segurança e saúde no trabalho, tem que ser prosseguida uma política de recursos humanos assente na simplificação de procedimentos e reorganização do trabalho, por forma a transmitir a todos os colaboradores um sentimento de confiança e de apoio nas medidas de conciliação da vida familiar e profissional.

Na empresa há, necessariamente, serviços que têm que ser garantidos em regime de permanência e em que a presença física dos colaboradores é fator inultrapassável, situação que implica uma atuação sistemática e eficiente dos serviços internos da empresa responsável pela Segurança e Saúde no Trabalho.

Por isso, torna-se essencial manter os colaboradores motivados e alinhados com os valores e objetivos estratégicos fixados, e não há melhor forma de o fazer do que criar um sentimento de pertença e de confiança e uma comunicação interna, clara e rigorosa, no sentido da informação a todos os trabalhadores das políticas de gestão de recursos humanos prosseguidas.

Assim, os vetores essenciais da gestão de recursos humanos em 2021 são:

- Contínua e eficaz comunicação sobre as regras de segurança no trabalho, disponibilizando os meios de proteção individual necessários ao desempenho das funções que exijam a presença física no local de trabalho;
- Prevenção e preparação das equipas para a necessidade de reforço do regime de teletrabalho, onde tal for possível e necessário;
- Permanente apoio aos trabalhadores em regime de teletrabalho através da comunicação à distância que permita manter níveis de motivação e compromisso com os objetivos da Empresa;
- Capacitação dos colaboradores por forma a permitir um desenvolvimento de competências necessário a um eficiente desempenho das funções exigidas e permita a sua plena mobilidade face, às necessidades das diversas áreas de negócio da Empresa;
- Desenvolvimento de um plano ação que permita preparar a substituição de pessoal, cuja aposentação se venha a concretizar em 2021 ou 2022, por forma a reforçar competências para postos de trabalho considerados imprescindíveis.

Neste sentido, vai ser elaborado em 2021, um plano estratégico para a formação profissional, a 2 anos, e desenvolvido um estudo sobre todas as situações de eventual mobilidade funcional, pois a empresa apresenta um nível etário médio de 50 anos de idade e uma antiguidade média na empresa de 25 anos.

Finalmente, importa referir que tem que ser prosseguida uma visão de permanente atualização de competências e de ajustamento a novas realidades e necessidades, pelo que a política de contratação de novos trabalhadores não deve assentar apenas no princípio da substituição para a mesma função, de trabalhadores que se aposentem.

Por isso, mais do que a necessidade de contratação de pessoal, verifica-se a necessidade de adquirir novas competências, por forma a permitir dar resposta em áreas como a inovação tecnológica em equipamentos e sistemas de informação, em perfeita sintonia com as exigências que se colocam às estruturas portuárias já atualmente, mas com um crescente ênfase nos próximos anos.

Tendo presente este enquadramento importa dar nota da previsão de possíveis aposentações expectáveis até ao final do corrente ano (ou seja, dos colaboradores que possam reunir condições para aposentação ao longo de 2021) e das novas contratações previstas ocorrer:

A- Previsão de possíveis aposentações em 2021 - Contratações por Substituição

Número	Categoria profissional	Setor
1	Técnico Superior/Assessor	Área Recursos Humanos
2	Marinheiro	DOPS/Serviços Marítimos
2	Op. Guindastes *	Exploração portuária
2	Motorista Marítimo	DOPS/Serviços Marítimos
3	Piloto	Departamento Pilotagem
1	Fiel Depósito *	Gestão de stocks
1	Eletricista *	Manutenção infraestruturas e equipamentos
1	Op. Computador(Administrativo)*	Administrativo

* Estes trabalhadores enquadram-se em setores em que as necessidades de contratação extravasam, em muito, as funções que tipicamente desempenham, pelo que a necessidade de substituição não pode ser enquadrada com a limitação de ser para as mesmas funções.

Relativamente aos Pilotos, tem especial acuidade referir que, nos termos do disposto no Anexo III à Portaria nº 633/99, 11 de agosto, um Piloto só está apto para começar a desempenhar, com autonomia, algumas operações de pilotagem ao fim de um período mínimo de 6 a 9 meses, e depois terá ainda um processo de progressiva adaptação a todo o tipo de operações e navios, o que decorre durante um período de 2 anos.

Esta especial consideração em termos de eficiência e segurança das operações, implica que **a substituição de um piloto tenha que ser programada com um período mínimo de 18 meses.**

Torna-se, por isso, necessário promover a contratação durante o ano de 2021 de, no mínimo, 2 Pilotos, por antecipação à data das possíveis aposentações.

Importa que, as 13 contratações para colmatar a substituição de trabalhadores que podem ser aposentados durante o ano de 2021, e melhor identificadas no quadro supra, sejam autorizadas tendo em vista suprir, de forma programada, necessidades na mesma, ou outra carreira profissional, adequada ao respetivo setor de atividade em que o aposentado se inseria, sendo as mesmas efetuadas de acordo com as regras de contratação existentes nos instrumentos de regulação coletiva do trabalho aplicáveis às administrações portuárias.

Nestas contratações incluem-se a substituição de 3 Pilotos o que tem que ser efetuado com uma antecipação de 18 meses, pelo que, no mínimo se torna indispensável de imediato promover a contratação de 2 Pilotos, para preencher as vagas abertas pela futura aposentação dos 3 Pilotos referidos no quadro das aposentações possíveis em 2021.

B- Novas Contratações

I) Atuais prestadores de serviço

Número	Carreira	Setor da Empresa
1	Técnico Superior	Setor Gestão e Comercial
2	Técnicos Administrativos	Gestão de recursos humanos
1	Técnico Superior	Contratação Pública
1	Técnico Superior	Segurança Portuária
1	Técnico Superior	Gabinete Jurídico
1	Enfermeira	Medicina do Trabalho
1	Operador de Radar e Telecomunicações	Segurança da Navegação
1	Técnico helpdesck	Informática

A necessidade destas contratações de pessoal urge para sanar necessidades imprescindíveis que têm vindo a ser colmatadas com o recurso à celebração de contratos de prestação de serviço o que, conforme análise custo benefício anexa, se torna manifesto como o método menos adequado.

Relativamente à Enfermeira, importa referir que nos termos do disposto no artº 104º da Lei nº 102/2009, 10.09 se trata de uma exigência legal, face à existência de serviços integrados de Saúde e Segurança do Trabalho/Serviço de Saúde Ocupacional (SST/SO).

Todas estas necessidades, por serem imprescindíveis à eficiência dos serviços que compõe as três unidades de negócio da Empresa, estão a ser colmatadas com recurso à contratação de prestadores de serviço e, nessa medida, já contempladas no PAO 2021 em FSE.

Em termos de encargos com pessoal, a sua contratação será efetuada sempre tendo em consideração que os aumentos de Gastos com Pessoal são compensados pela diminuição de gastos de FSE.

II) Outras contratações

Como se referiu no ponto das Contratações por substituição, atendendo à necessidade dos períodos mínimos para formação *on-job*, ter-se-á que efetuar, desde já, a contratação de **2 Pilotos**.

No setor da engenharia civil, e considerando o volume de investimentos em curso e previstos para os anos subsequentes, importa reforçar os serviços com **um técnico superior** dotado de especiais competências em áreas como elaboração e gestão de projetos e fiscalização de obras marítimas.

Por força da cessação de funções, a seu pedido, da chefia da Divisão de Contabilidade Financeira e Fiscalidade, torna-se absolutamente necessário preencher este lugar de chefia, não havendo na empresa colaborador com o perfil técnico profissional para o desempenho do cargo, tanto mais que o mesmo terá que assumir as funções de Contabilista Certificado da APDL.

Os encargos decorrentes destas quatro contratações estão previstos no orçamento de Gastos com Pessoal, não sendo estas situações adequadas a serem colmatadas com recurso à contratação de prestação de serviços quer porque tal não é recomendável numa lógica de responsabilização e integração nos objetivos da empresa quer porque, essencialmente no caso dos pilotos, o mercado de trabalho não estar muito aberto a esta possibilidade.

Evolução do número de RH

Descrição	2016 (execução)	2017 (execução)	2018 (execução)	2019 (execução)	2020 (previsão)	2021 (previsão)
Nº Total RH (O.S.+ Dirigentes + Efetivos)	264	259	263	268	275	288
Nº de Órgãos Sociais (O.S.)	10	9	10	10	9	9
Nº de Dirigentes sem O.S.	16	16	14	14	14	14
Leixões	11	11	12	13	13	13
Viana	2	2	2	1	1	1
VND	3	3	0	0	0	0
Nº de Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes	238	234	239	244	252	265
Leixões	192	188	191	197	207	220
Viana	35	35	34	33	32	32
VND	11	11	14	14	13	13

Nota: OS = Conselho de Administração (3 elementos) + ROC (1 elemento) + Conselho Fiscal (3 elementos) + Assembleia-geral (2 elementos)
Dirigentes = Considerados os cargos de direção e chefias que reportam diretamente ao C.A

Como se referiu de forma detalhada, o crescimento dos meios humanos previsto para 2021 em 13 colaboradores resulta da necessidade de contratar:

- 9 Colaboradores para integração de prestadores de serviço;
- 1 Chefia de Divisão para substituição de colaborador que pediu exoneração do cargo;
- 1 Engenheiro Civil
- 2 Pilotos por antecipação de aposentação que se pode verificar ainda em 2021 ou no ano seguinte.

Sendo certo que os 2 Pilotos a contratar serão posteriormente compensados pelas previstas aposentações, operando-se então a redução do quadro de pessoal.

Gastos com pessoal

Descrição	2018 (execução)	2019 (execução)	2020 (previsão)	2021 (previsão)
Gastos totais com pessoal (1): (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	14 608 521	15 515 318	15 703 232	16 387 236
(a) Gastos com Órgãos Sociais	437 467	434 772	414 032	347 843
(b) Gastos com cargos de Direção	1 312 520	1 103 515	1 156 014	1 148 097
(c) Remunerações do pessoal (1)+(2)	10 759 440	11 434 365	11 564 613	12 296 635
(i) Vencimento base + Subs.Férias+Subs.Natal	6 314 301	6 089 938	5 527 091	5 698 215
(ii) Outros subsídios	2 896 831	3 087 423	3 273 134	3 451 800
(iii) impacto reduções remuneratórias e de suspensão subsídios em cada ano	0	0	0	0
(iv) impacto da reposição dos direitos previstos em IRCT	1 548 308	2 257 003	2 764 387	3 146 620
(v) impacto das valorizações remuneratórias não abrangidas por IRCT	0	0	0	0
(d) benefícios pós-emprego	166 906	157 510	103 636	94 718
(e) Ajudas de custo	23 278	26 691	27 412	29 250
(f) Restantes encargos	1 908 910	2 373 366	2 437 525	2 470 693
(g) Rescisões/Indemnizações	0	0	0	0
Gastos totais com pessoal (2): =(1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv), (v) e (g)	13 060 213	13 258 315	12 938 845	13 240 616

Descrição	2018 (execução)	2019 (execução)	2020 (previsão)	2021 (previsão)
Nº Total RH (O.S.+ Dirigentes + Efectivos)	263	268	275	288
Nº de Órgãos Sociais (O.S.)	10	10	9	9
Nº de Dirigentes sem O.S.	14	14	14	14
Nº de Efectivos sem O.S. e sem Dirigentes	239	244	252	265
Gastos com Dirigentes/Gastos com o pessoal	9,00%	7,10%	7,36%	7,01%

Em 2021, os gastos com pessoal ascendem a cerca de 16,4 milhões de euros, prevendo-se um acréscimo de 872 mil euros face ao ano 2019, explicado pelas seguintes situações:

- O impacto da reposição dos direitos previstos em IRCT será de 154,8 mil euros;
- A atualização salarial reclamada pelos Sindicatos, e que já não é efetuada há 10 anos, terão uma previsão de aumento de encargos com pessoal de 180,5 mil euros;
- A contratação de trabalhadores gera um aumento de encargos de 536,6 mil euros.

No cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 e definido nas Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2021, é apresentado no Anexo 5.10. a “Análise Custo-Benefício” para o recrutamento de pessoal previsto.

2.4. Política de Controlo e Contenção de Gastos

No Anexo 5.8. apresenta-se o orçamento de gastos da empresa totalmente desagregado com a evolução registada de 2019-2023.

O orçamento de gastos do PAO 2021-2023 prosseguiu com a manutenção das políticas de contenção de gastos, preocupação bem patente na empresa na última década, de forma a otimizar a eficiência operacional da APDL, apesar das circunstâncias atuais que implicam um aumento dos gastos operacionais que dificilmente se consegue repercutir ao nível da receita. Constituem exemplos desta situação:

- ✓ a evolução prevista do RMMG, que deverá crescer de 600 euros em 2019 até 750 euros em 2023, o que tem um impacto direto em vários contratos de prestações de serviços da empresa (p.e.: limpeza, vigilância, conservação, amarração), originando um volume de gastos difícil de conter;
- ✓ os impactos expectáveis associados à pandemia SARS-Cov2, que implicam medidas de apoio aos clientes, como sejam a não atualização de tarifários, limitando o crescimento da receita;
- ✓ a evolução ao nível dos IRCT, incluindo as resultantes das negociações com sindicatos, que são efetuados de forma global ao nível dos portos, não tendo a empresa uma capacidade de intervenção ativa na matéria.

Assim, seria desejável que as IEPAO, tivessem em consideração estas circunstâncias, de forma a não provocarem constrangimentos ainda mais acentuados ao desenvolvimento da atividade da empresa.

De seguida apresenta-se a evolução estimada ao nível do rácio da Eficiência Operacional e dos gastos PRC:

euros

Eficiência Operacional e Gastos PRC	Orçamento 2021	Fecho 2020	Desvio % O21/F20	Real 2019	Varição % O21/R19
(1) CMVMC	1 594 344	1 315 894	21,2%	1 474 940	8,1%
FSE	13 428 369	13 013 527	3,2%	13 215 048	1,6%
a) Efeito anualização das Dragagens	75 011	-536 586	-114,0%	-6 998	-1171,9%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias comparticipados por OE ou FC	1 117 500	946 177	18,1%	898 839	24,3%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	0	30 596	-100,0%	262 520	-100,0%
(2) FSE considerando efeitos a), b) e c)	12 235 858	12 573 341	-2,7%	12 060 687	1,5%
(3) Gastos com o Pessoal	16 387 236	15 703 232	4,4%	15 515 318	5,6%
Indemnizações	0	0	-	0	-
Valorizações Remuneratórias	0	0	-	0	-
Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	30 217 439	29 592 467	2,1%	29 050 945	4,0%
(4) Gastos Operacionais ajustado pandemia COVID	30 017 439	29 387 469	2,1%	29 050 945	3,3%
Volume de Negócios (VN)	51 508 832	51 938 394	-0,8%	55 587 309	-7,3%
(5) Volume de Negócios (VN) ajustado	55 527 876	59 014 545	-5,9%	53 657 732	3,5%
Subsídios à Exploração	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	-	0	-
Peso dos Gastos/VN	58,66%	56,98%	1,7 p.p.	52,26%	6,4 p.p.
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	54,06%	49,80%	4,3 p.p.	54,14%	-0,1 p.p.
(7) Deslocações e Alojamento	54 900	14 516	278,2%	60 958	-9,9%
(8) Ajudas de custo	29 250	15 703	86,3%	23 492	24,5%
(9) Gastos com a frota automóvel	328 463	287 034	14,4%	328 375	0,0%
(7) + (8) + (9)	412 613	317 253	30,1%	412 824	-0,1%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultorias	405 000	353 093	14,7%	383 586	5,6%

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET e da DUE de 27.12.2019, foi autorizado a utilização de um novo indicador proposto pela empresa para analisar a evolução da Eficiência Operacional da APDL. Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais no volume de negócios, conforme previsto nas IEPAO 2021 e no DLEO 2019, anualizando o efeito das dragagens para um período de 6 anos² e desconsiderando alguns efeitos que afetam a evolução do rácio, nomeadamente os gastos das Unidades de Negócios deficitárias da APDL totalmente comparticipados por Orçamento de Estado e/ou fundos comunitários. Decorrente das IEPAO 2021, considerou-se ainda no cálculo deste rácio a exclusão das receitas e das despesas justificadamente relacionadas com a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

De forma a expurgar desta aferição o significativo impacto da redução de receita associada ao encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos a partir do 2º semestre do ano, foi retirado ao Volume de Negócios de 2019, o valor estimado para 2021 dessa perda de receita da APDL, a qual se estimou em cerca de 1,9 milhões de euros (uma vez que ainda se desconhece a estratégia futura deste grande cliente e os respetivos impactos para a APDL).

Assim, prevê-se que a empresa apresente para 2021, um incremento dos gastos operacionais ajustados de +3,3% face a 2019 (considerando os efeitos autorizados), inferior ao incremento previsto para o volume de negócios ajustado (+3,5%), o que permitirá uma evolução favorável do **rácio da Eficiência Operacional**.

² Tem em conta a média dos gastos reais para o período 2014-2019, ou seja, um ciclo de 6 anos destes gastos.

Estima-se, portanto, para 2021 que o peso dos gastos operacionais, expurgando os efeitos referidos acima, no volume de negócios fique abaixo do nível registado em 2019 (-0,1 p.p.), atingindo 54,06%.

Contudo, não será de mais reforçar que este cumprimento é alcançado não obstante existirem fatores que ao longo dos últimos anos tem marcado a realidade da empresa e que tem prejudicado a sua eficiência operacional, como por exemplo a integração das UN deficitárias PVC e VND.

No que concerne **ao conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel**, a empresa procurará efetuar um esforço de racionalização face aos valores realizados em 2019. A APDL **prevê cumprir a orientação de redução no conjunto destes gastos face a 2019.**

Relativamente aos **gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultorias**, será de referir que a execução de 2019 e a estimativa para 2020 ficou bastante abaixo do previsto e do habitual (a média anual deste tipo de gastos em 2016-2018 superou os 600 mil euros). Apesar da contenção efetuada na previsão para 2021, a qual se fixa nos 405 mil euros, supera os referenciais de 2019 ou 2020.

Quanto aos **gastos com pessoal**, conforme apresentado no capítulo 2.3. Política de Recursos Humanos, prevê-se um aumento de gastos com pessoal em 2021 face a 2019 de 872 mil euros, justificado pelas novas contratações previstas de pessoal, pelo acréscimo decorrente do IRCT e pela atualização salarial que se estima que venha a ocorrer em 2021. Em relação aos gastos com pessoal expurgados dos gastos com os corpos sociais a variação face a 2019 é superior atingindo 961 mil euros.

Quanto às instruções constantes do ponto 2 do Despacho n.º 395/2020 SET, a APDL apresentará seguinte evolução:

	Real 2019	Fecho 2020	Orçamento 2021	Orçamento 2022	Orçamento 2023
Volume de Negócios	55 587 309	51 938 394	51 508 832	55 343 149	58 413 650
taxa de crescimento %			-7,3%	7,4%	5,5%
Gastos Operacionais	30 205 306	30 032 653	31 409 949	32 639 478	33 694 432
taxa de crescimento %			4,0%	3,9%	3,2%
Gastos com pessoal	15 515 318	15 703 232	16 387 236	17 097 284	17 844 184
taxa de crescimento %			5,6%	4,3%	4,4%
Gastos com pessoal sem OS	15 075 334	15 299 422	16 036 393	16 752 351	17 505 585
taxa de crescimento %			6,4%	4,5%	4,5%
FSEs	13 215 048	13 013 527	13 428 369	13 913 500	14 157 059
taxa de crescimento %			1,6%	3,6%	1,8%

Em 2021 o volume de negócios deverá decrescer 7,3% relativamente a 2019, enquanto os gastos operacionais aumentarão 4,0%, pelo crescimento de 5,6% dos gastos com pessoal e dos FSE em 1,6%, não permitindo o cumprimento da instrução de crescimento a uma taxa inferior à do volume de negócios, o que se deve em grande medida às justificações referidas no início deste ponto.

Para 2022 e 2023 antevê-se neste momento uma evolução positiva destes indicadores ao longo do triénio.

Por último, cumpre informar que, a APDL irá proceder ao Pedido de Dispensa do Cumprimento dos Princípios Enunciados nos IEPAO 2021 sobre o PAO 2021-2023.

No âmbito da alínea b) do n.º 5 do artigo 25.º do DL n.º 133/2013, identificam-se em seguida os principais contratos de prestação de serviços, cuja asserção de encargos orçamentais ocorre em mais de um exercício económico.

Gastos Plurianuais com início em 2021

milhares de euros

Contrato*	2021	2022	2023
Serviço de Atendimento Telefónico	56	57	57
Fornecimento de energia Elétrica em Média Tensão	1808	1860	1974
Limpeza nos Edifícios	498	500	505
Operação da Ponte Móvel	130	131	132
Prestação de serviços de Segurança e Vigilância e Manutenção CCTV	1790	1797	1816
Dragagens Manutenção de Fundos dos Porto de Leixões e Viana do Castelo	1700	1706	1725
Prestação de Serviços de Amarração de Navios (Leixões)	684	687	695

* Considerados os contratos relacionados com os gastos operacionais mais relevantes para a empresa

2.5. Política de Endividamento

Em 2011, a APDL assinou um contrato de financiamento com o BEI, por um prazo de 20 anos, garantido por um aval do Estado Português, tendo procedido a um único desembolso no montante de 20 milhões de euros, com taxa fixa a 10 anos de 2,54% ao ano. A 31 de dezembro de 2020 o montante em dívida era de 14,66 milhões de euros.

Perante o montante previsto no Plano de Investimentos da APDL para o triénio de 2021-2023, maioritariamente concentrado nos investimentos da EACP, a APDL necessitará de recorrer a financiamento bancário em 2021 e em 2022, no total de cerca de 55 milhões de euros, em virtude da escassez dos restantes instrumentos de financiamento (cash flow operacional liberto anual, excedentes de tesouraria e subsídios ao investimento) e considerando a não distribuição de dividendos.

Em novembro de 2019, e considerando os requisitos para assegurar a comparticipação comunitária da candidatura “Action Number 2017- PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”, a APDL contratualizou um financiamento bancário até ao máximo de 17,5 milhões de euros, com uma duração de dez anos, prevendo-se a sua utilização em 2021.

euros

Passivo Remunerado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ € 2021 / 2020
Financiamento obtidos:							
Passivo não corrente	15.720.000	14.660.000	13.600.000	26.678.750	57.061.250	48.946.250	13.078.750
Passivo corrente	1.020.000	1.060.000	1.060.000	3.287.500	7.077.500	8.075.000	2.227.500
Capital	51.035.000	51.035.000	51.035.000	51.035.000	51.035.000	51.035.000	0
Novos Investimentos	0	0	0	33.487.270	102.626.000	27.963.170	
Varição de Endividamento		-1,5%	-1,6%	-27,7%	-84,5%	-30,5%	

No cumprimento do ponto 2 vi) e do ponto 3.3 Endividamento, do Despacho n.º 395/2020 – SET, e não se verificando quaisquer realizações de capital, a taxa de variação do endividamento remunerado resulta exclusivamente da variação dos montantes do Financiamento Remunerado (FR), expurgando o montante de novos investimentos previstos nos anos de 2021, sendo negativa em 27,7%.

euros

Novos Investimentos	2021	2022	2023	2021-2023
P-FNA009 - Aquisição de Rebocadores (1)	13.600.000	0	0	13.600.000
P-TCO001.02 - Melhoria das Acessibilidades Marítimas (1)	19.867.810	95.466.000	15.723.170	131.056.980
P-SEG021 - Substituição do Cais Norte da Doca 1 (2)	19.460	7.160.000	12.240.000	19.419.460

(1) Estes novos investimentos já se encontram aprovados pelo acionista. No âmbito da aprovação do PAO 2020, os respetivos estudos de viabilidade económico-financeira já foram disponibilizados. Porém, estes investimentos sofreram atrasos no seu arranque, pelo que apenas em 2021 serão iniciados. (2) Aguarda autorização do acionista.

2.6. Prazos Médios de Recebimento e de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamento estimado para 2021 é de cerca de 30 dias, em cumprimento da RCM n.º 34/2008.

Indicador (dias)	Real	Estimativa	Previsão
	2019	2020	2021
Prazo Médio de Pagamento (PMP)	30	30	30

Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a informação relativa a atrasos nos pagamentos (*arrears*), é divulgada no portal da empresa, sendo que os valores apresentados estão reclamados pela APDL, em virtude de os considerar indevidamente debitados, não obstante todos os esforços para a sua resolução. A APDL não perspetiva apresentar quaisquer atrasos no pagamento a fornecedores em 2021.

Quanto ao Prazo Médio de Recebimento estima-se que em 2021 seja de cerca de 42 dias.

3. Plano de Investimentos Plurianual e Fontes de Financiamento

3.1. Principais Investimentos

No triénio 2021-2023 a APDL propõe-se investir um montante que ascende a 228,1 milhões de euros.

O Plano de Investimentos Plurianual 2021-2023 é apresentado no Anexo 5.7., desagregado por unidades de negócio, ações e projetos, com indicação das fontes de financiamento, apresentando-se igualmente no caso dos investimentos em curso, a estimativa de execução 2020 e o valor despendido até 2019 desagregado por fonte de financiamento, bem como o valor remanescente de investimento e respetiva estimativa de financiamento para os anos subsequentes (pós 2023).

No Anexo 5.9. é apresentado a memória descritiva dos novos investimentos com expressão material³, incluindo as respetivas análises de viabilidade económico-financeira.

Em 2021 estão previstos investimentos de cerca de 59 milhões de euros no porto de Leixões, 9 milhões no porto de Viana do Castelo e 3 milhões de euros na via navegável do Douro.

Os investimentos a realizar nas duas unidades de negócio deficitárias (PVC e VND) revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio).

Porto de Leixões

Dos investimentos a realizar no porto de Leixões no período 2021-2023, destacam-se os seguintes projetos por ação do Plano de Investimentos, efetuando-se igualmente o devido enquadramento no Objetivo Estratégico, constante do Mapa Estratégico 2021 da APDL:

Aumento da Capacidade de Navegabilidade do Porto – Ação 00

Enquadrado no objetivo estratégico “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”, destaca-se nesta Ação o projeto:

- **Reabilitação e proteção da ponte móvel:** as intervenções a realizar no triénio estimam-se em 2,58 milhões de euros, consistindo na avaliação do alinhamento das sapatas e tabuleiros, proteção anticorrosiva da estrutura e na modulação da ponte (instrumentação/monitorização do conjunto de articulação das rótulas do tabuleiro) e reposição de Duque d’Alba.

Melhoria das Condições Operacionais do Terminal de Petroleiros – Ação 03

As intervenções previstas sob esta ação, que ascendem a 5,1 milhões em 2021-2023 e respondem ao objetivo estratégico “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”, são:

- **Viaduto do Terminal de Petroleiros de Leixões** – projeto de recuperação do viaduto rodoviário do TPL, com um valor total estimado no triénio de 3,3 milhões de euros. Este projeto apresenta um grau de execução de 20%.

³ Que não figuram no plano de investimentos de 2020 e cujo montante total é igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa para 2020

- **Equipamento de movimentação vertical** – estão estimados 1,5 milhões de euros para o período 2021-2022 para desmontagem do guindaste TITAN instalado no molhe norte e para reconstrução do guindaste TITAN a reinstalar no molhe sul. Este projeto apresenta um grau de execução de 40%.

Portaria Principal – Ação 04

Estão considerados nesta ação 2,8 milhões de euros em 2021 para o desenvolvimento de um novo parque de básculas (aquisição de terrenos, empreitada e sistemas informáticos associados) e evolução dos sistemas logísticos da portaria em função da implementação da Janela Única Logística. Este projeto integra o objetivo estratégico da empresa de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa” e apresenta um grau de execução de 22%.

Plataforma Logística do Porto de Leixões - Ação 06

A Plataforma Logística do Porto de Leixões é um projeto incluído na EACP que tem por objetivo criar valor acrescentado às mercadorias que passam pelo porto de Leixões, promover a eficiência global e a intermodalidade, criando na Área Metropolitana do Porto uma plataforma de valor acrescentado com condições para a atração e fixação de agentes de logística. Este projeto permitirá adicionalmente aumentar a capacidade de armazenagem de segunda linha do porto de Leixões, respondendo ao objetivo estratégico da APDL de “Intensificar a Intermodalidade e a Integração Logística”.

Em 2021-2023 a empresa prevê investir um valor na ordem dos 1,7 milhões de euros, repartidos entre a continuação de infraestruturização do Pólo 1, instalações de apoio à atividade, a aquisição de pórticos OCR e equipamentos para atendimento automatizado de veículos.

No médio prazo (após 2023) estão previstas intervenções de infraestruturização da restante área do Pólo 2, bem como a construção de rotunda distribuidora dos fluxos de tráfego que pretendem aceder a este Pólo, no valor global de 7,1 milhões de euros. Estas intervenções poderão ser antecipadas, caso haja acesso a comparticipação comunitária para a sua realização.

Reabilitação de Espaços e Edifícios – Ação 07

Serão investidos no triénio cerca de 1,15 milhões de euros na reabilitação de espaços e edifícios da APDL, que apresentam sinais de degradação elevados ou que serão requalificados para usos operacionais diferentes dos atuais, objetivando “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Segurança Marítima e Portuária – Ação 15

No período 2021-2023 a APDL irá investir 32,6 milhões de euros na segurança marítima e portuária, respondendo aos objetivos estratégicos de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais” e de “Estimular a inovação e Consolidar a Qualidade dos Serviços Prestados”, destacando-se as seguintes intervenções:

- **Redes e infraestruturas de Ajuda à Operação Portuárias:** a estimativa de investimento a realizar entre 2021 e 2023 é de 555 mil euros em projetos de poupança de energia em iluminação pública e atualizações tecnológicas dos sistemas automáticos de deteção de incêndios para gestão em plataforma integrada;
- **Reforço da Segurança Portuária,** com previsão de investimento no montante de 1,2 milhões de euros, incidindo sobretudo na videovigilância, criação de uma portaria única de acesso para pessoas e veículos ligeiros e aquisição de *shuttles* portuários elétricos, com construção de infraestrutura de apoio;

- **Reforço do Trem Naval** com aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de tração, de valor estimado em 13,6 milhões de euros para melhorar as condições de operação dos navios de maior dimensão. Estão ainda estimados 600 mil euros em docagens em 2022;
- Aquisição de terrenos e desenvolvimento de um **Centro Inspetivo**, concentrando as instalações do PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço, *scanner* de contentores e instalações da Alfândega para inspeção/desconsolidação física de contentores, contemplando uma zona de estacionamento de veículos pesados em espera. Este centro representa um investimento no triénio estimado de 10,4 milhões de euros. Este projeto apresenta um grau de execução de 16%;
- **Cais Norte da Doca 1** - com a substituição do atual cais por um outro cais, permitindo o respetivo alinhamento e uma frente acostável contínua no lado norte do porto de Leixões a jusante da Ponte Móvel, alargamento da “boca” da Rampa Ro-Ro para 36 metros e reforço da capacidade do terraplino de apoio ao cais de 5 toneladas por m² para 8 toneladas por m². O projeto também inclui o aprofundamento da área junto ao cais de -10 metros para -12 metros (nível zero hidrológico). O valor previsto para a intervenção é de 25,5 milhões de euros, dos quais 19,419 milhões de euros a realizar no triénio, com arranque da empreitada em 2022.
- **Estabilização do cais da Doca 4 Sul**, com valor previsto em 2021 de 2,8 milhões de euros, consistindo no reforço e proteção da fundação do muro-cais em blocos, sustentação de possíveis deslocamentos através de ancoragens e correção dos caminhos de rolamento dos pórticos de cais no Terminal de Contentores Sul. Este projeto apresenta um grau de execução de 48%.

Para o período após 2023 estão ainda previstos na Ação 15 projetos relevantes para o porto de Leixões, no montante de 5,37 milhões de euros, cuja realização será antecipada se fontes de financiamento comunitárias forem encontradas para o seu desenvolvimento, designadamente **Subestação de alta tensão para o porto de Leixões**, no montante de 3,21 milhões de euros e **Remodelação da rede de média tensão**, com valor estimado de 2,16 milhões de euros, objetivando o reforço da rede elétrica para fazer face ao aumento de potência dos utilizadores servidos;

Gestão Ambiental – Ação 17

Destaca-se o valor previsto de 1,34 milhões de euros no triénio, para conceptualizar e desenvolver um sistema de contenção das poeiras que se geram na Doca 2 Sul, como consequência da movimentação de carga pulverulenta naquele local.

Com o projeto pretende-se minimizar os efeitos ambientais negativos que a movimentação destas cargas têm no porto de Leixões, reforçando a relação porto-cidade, respondendo ao objetivo estratégico de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

No período após 2023, os trabalhos para a implementação de um sistema de alimentação elétrica a navios, com valor previsto de 2 milhões de euros, podem vir a ser antecipados para o triénio 2021-2023, no caso de poderem ser comparticipados por fundos comunitários. Este projeto reveste-se de grande relevância para concretizar a redução de emissões de GEE, ruído e vibrações dos navios em porto, contribuindo para os objetivos do pacto Ecológico Europeu e melhorando a integração porto-cidade.

Gestão Dominial – Ação 23

Serão realizadas intervenções no montante de 2,9 milhões de euros na área dominial da APDL no Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, no âmbito de reabilitações de estruturas, pavimentações e estudos para intervenções de reordenamento.

Novo Terminal do Porto de Leixões com fundos a -14 metros – Ação 28

A construção de um Novo Terminal com fundos de pelo menos -14,0 metros ZH, um projeto de investimento prioritário na perspetiva do GTIEVA e da EACP, tem como objetivo aumentar a oferta do porto de Leixões em carga contentorizada e Ro-Ro, face à capacidade atual do porto nestes segmentos de mercado e à evolução da procura para navios de maior dimensão, permitindo a entrada no porto de Leixões de navios até 6 mil TEU.

Este projeto, designadamente nas suas componentes de investimento público (prolongamento do quebramar e melhoria das acessibilidades marítimas), responde a vários objetivos estratégicos da empresa: “Dinamizar o negócio e Reforçar o Posicionamento Competitivo”, “Capacitar o Sistema Portuário” e “Melhorar as condições de operação, segurança e ambientais”.

Em 2021 está prevista a adjudicação e início da empreitada de prolongamento do quebramar exterior em 300 metros e melhoria das acessibilidades marítimas ao porto, que consistirá no aprofundamento do canal de entrada e bacia de rotação, contribuindo também para a melhoria das condições de operação do porto e das condições de segurança e navegabilidade de/e para o interior da bacia portuária.

O valor previsto de investimento no triénio é de cerca de 131,5 milhões de euros. Este projeto, na componente de investimento público, apresenta um grau de execução de 1%.

No horizonte pós 2023 está previsto o investimento de 19,6 milhões de euros na realocação e melhoria de estruturas do porto de pesca do porto de Leixões. Este projeto poderá ser antecipado caso se encontrem fontes de financiamento comunitário que o possam participar.

Continuidade de Negócio – Ação 29

No período 2021-2023 a APDL estima a realização de um investimento de aproximadamente 3,2 milhões de euros na criação de um *data-center* de nova geração, reforçando a liderança da APDL na vertente das TIC no contexto portuário, podendo vir a alavancar os cenários de centralização da infraestrutura de suporte à JUL. Este investimento responde aos objetivos estratégicos “Estimular a Inovação e Consolidar a Qualidade dos Serviços Prestados”, “Dinamizar o Negócio e Reforçar o Posicionamento Competitivo” e “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”.

Formalização da Infoestrutura – Ação 30

Em 2021 o investimento em modelação, documentação e formalização dos processos de negócio e na conformidade de todos os sistemas de informação com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados continuará a ser desenvolvido. Terá ainda lugar a aquisição e implementação de ferramenta que suporte a estrutura de Gestão de Riscos Empresariais, alinhada com as principais normas de referência.

Este investimento de 861 mil euros na ação “Formalização da Infoestrutura” está alinhado com o objetivo estratégico de “Assegurar a Qualidade, a Conformidade, o Planeamento e Gestão de Riscos”.

Porto de Viana do Castelo

O valor estimado de investimento a realizar pela APDL no porto de Viana do Castelo ascende a 9,6 milhões de euros no triénio.

O valor a investir será principalmente distribuído pelos projetos mencionados a seguir e atendendo à respetiva ação do Plano de Investimentos, efetuando-se igualmente o devido enquadramento no Objetivo Estratégico, constante do Mapa Estratégico 2021 da APDL.

Os investimentos a realizar no porto de Viana do Castelo objetivam, por um lado, concretizar a EACP e por outro reabilitar as estruturas para garantia da segurança e operacionalidade do porto.

Equipamentos Portuários – Ação 102

O investimento de 120 mil euros previsto no período destina-se fundamentalmente ao acondicionamento de uma grua e aquisição de empilhadores elétricos para apoio à manutenção, operações e segurança.

Este projeto visa responder ao objetivo estratégico de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Segurança Marítima e Portuária – Ação 103

A APDL prevê realizar um investimento de 1,2 milhões de euros em 2021-2023 em sistemas de ajuda à operação marítima e na melhoria do controlo de acessos do porto de Viana do Castelo e disponibilização de uma sala de monitorização situacional das atividades no porto de Viana do Castelo, com reformulação de um espaço dedicado a esta monitorização, montagem de um videowall e revisão das consolas de operação.

Este investimento responde ao objetivo estratégico de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Melhoria da Navegabilidade no Porto – Ação 104

A APDL estima investir cerca de 8 milhões de euros em 2021 na empreitada já iniciada de aprofundamento do anteporto e do canal de acesso aos estaleiros navais e Cais do Bugio para a cota -6,0 metros ZH, através de dragagens de areias e o quebramento e remoção de xistos e granitos, promovendo a melhoria das condições de navegabilidade no porto de Viana do Castelo. Com este investimento, os objetivos estratégicos de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”, “Capacitar o Sistema Portuário” e “Dinamizar o negócio e Reforçar o Posicionamento Competitivo” são atendidos.

Este investimento público potenciará um investimento privado de cerca de 11 milhões de euros para criação de uma doca seca nos estaleiros navais. Este projeto, na componente de investimento público, apresenta um grau de execução de 47%.

Via Navegável do Douro

Para os anos de 2021 a 2023 foi efetuada uma estimativa de investimento de 7,7 milhões de euros na via navegável do Douro, com destaque para as intervenções distribuídas pelos seguintes projetos, atendendo à respetiva ação do Plano de Investimentos, efetuando-se igualmente o devido enquadramento no Objetivo Estratégico, constante do Mapa Estratégico 2021 da APDL.

Melhoria do Canal de Navegação – Ação 201

Serão investidos 411 mil euros em 2021-2023 para retificação dos fundos do canal de navegação em troços pontuais de forma a eliminar pequenos constrangimentos ao longo do canal de navegação no sentido de aumentar as condições de segurança de navegação desta via.

Pretende-se com estas intervenções ir de encontro aos objetivos estratégicos de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Estão previstas, para o período após 2023, as intervenções estruturantes de alargamento e aprofundamento do canal de navegação nos troços Cotas – Valeira (33,2 milhões de euros) e Saião – Pocinho (8,3 milhões de euros), cuja realização e eventual antecipação estão dependentes da identificação de fontes de financiamento comunitário.

Infraestruturas Fluviais e Terrestres – Ação 202

Está previsto para o triénio o investimento na criação de novos postos de acostagem ao longo da VND, na reabilitação de infraestruturas existentes e na melhoria das redes de água, energia, saneamento e recolha de resíduos, de forma a propiciar as melhores condições de segurança e níveis de serviço adequados aos utilizadores da via. Estas intervenções, no total do triénio, alcançam um valor de 4,7 milhões de euros.

Os objetivos estratégicos atendidos com estes investimentos são os de “Capacitar o Sistema Portuário” e “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

Operacionalidade e Segurança – Ação 203

Destaca-se nesta ação com montantes previstos de investimento de 1,6 milhões de euros entre 2021 e 2023, a continuação da Implementação de assinalamento físico constituído por balizas, boias e informação sobre o canal de navegação conjugada com assinalamento virtual e ajudas eletrónicas à navegação, bem como o reforço da implementação do sistema RIS com a instalação de novos *sites* de telecomunicações, contribuindo para o objetivo estratégico “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

3.2. Investimentos Plurianuais com início em 2021

milhares de euros

Projeto	2021	2022	2023	2021-2023	>2023
Pórticos OCR Pólo1	12	12	12	36	12
Portaria única de pessoas e ligeiros	150	100		250	
Green shuttle portuário	275	200		475	
Substituição do Cais Norte da Doca 1	19	7 160	12 240	19 419	6 100
Sistema de contenção de poeiras na Doca 2 Sul	140	600	600	1 340	
Cortina de contentores no 3.º lanço da D2S	40	760		800	
Plataforma de e-Learning	45	15	15	75	
Relocalização de estruturas do porto de pesca	40	310	100	450	19 550
Inovação	30	30	30	90	
Reforço Capacidade dos cabeços de amarração Cais Comercial	50	150	130	330	20
Tomadas, escadas e defensas	90	30		120	
Equipamento de combate à poluição por hidrocarbonetos	150	50	50	250	
Meios de socorro	100	60		160	
Equipamentos de apoio	35	30	15	80	

3.3. Fontes de Financiamento

No quadro seguinte desagregam-se por unidade de negócio as fontes de financiamento do investimento a realizar no período 2021 a 2023.

milhares de euros

Ano	Fundos Comunitários	OE – Capítulo 50 ^e	Financiamento bancário	Fundos Próprios	Outros	Total
Porto de Leixões						
2021	6 427		17 500	33 900	1 232	59 059
2022	33 919		37 500	47 859		119 278
2023	11 117			21 283		32 400
Porto de Viana do Castelo						
2021		973		8 035		9 008
2022		444		0		444
2023		180		0		180
Via Navegável do Douro						
2021		2 250		795		3 045
2022		2 780		452		3 232
2023		1 461		0		1 461
TOTAL	51 463	8 088	55 000	112 324	1 232	228 107

Atendendo à magnitude dos investimentos da EACP, a APDL irá recorrer a fontes de financiamento externas, nomeadamente:

- ✓ Participação comunitária, no âmbito do Novo Terminal com fundos a -14 metros:
 - Melhoria das acessibilidades marítimas ao porto de Leixões, intervenção com participação de 20% aprovada no âmbito da *call CEF blending*, para um investimento previsto máximo de 87 milhões de euros e;
 - Prolongamento do quebra-mar exterior do porto de Leixões, co-financiado pelo COMPETE 2020 em 51,7%, para um investimento previsto de 60 milhões de euros.
- ✓ Empréstimo bancário, no valor de 17,5 milhões de euros, contratualizado no final de novembro de 2019, tendo obtido o parecer favorável do IGCP (Informação n.º 2019/0826 de 23/09/2019). A necessidade de contratualizar o mencionado empréstimo bancário surge pela exigência, no âmbito da *call CEF blending 2017*, de garantia de financiamento bancário em concomitância com a subvenção comunitária atribuída, de forma a maximizar o efeito alavanca do investimento público na potenciação do investimento privado. A APDL prevê o seu desembolso em 2021.
- ✓ Empréstimo bancário adicional de 37,5 milhões de euros a desembolsar em 2022.

Porto de Viana do Castelo

O investimento a desenvolver no Porto de Viana do Castelo no triénio 2021-2023 será financiado pelo Orçamento de Estado – Capítulo 50º e por fundos próprios.

Via Navegável do Douro

O investimento a realizar no período 2021-2023 na Via Navegável do Douro será financiado pelo Orçamento de Estado – Capítulo 50º e por fundos próprios.

3.4. Investimentos de valor superior a 10% do Capital Social da APDL

A APDL submeteu os seguintes pedidos de autorização de investimento:

- Em outubro de 2017 (Ofício nº 1680/2017), o pedido de autorização para promover o investimento público no Prolongamento do quebra-mar e na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões;
- Em dezembro de 2017 (Ofício nº 1920/2018), o pedido de autorização para promover a Melhoria da Navegabilidade no Porto de Viana do Castelo, que consiste no aprofundamento do anteporto e do canal de acesso aos estaleiros navais e cais do Bugio;
- Em julho de 2018 (Ofício nº 1920/2018), o pedido de autorização para promover o Reforço do Cais Norte da Doca 1 e em julho de 2019 o pedido de revisão em alta do investimento;
- Em outubro de 2018 (Ofícios nº 2438/2018 e nº 2440/2018), o pedido de autorização para promover a Estabilização do Cais da Doca 4 no Terminal de Contentores Sul do porto de Leixões;
- Em julho de 2019 (Ofício 1224/2019) o pedido de autorização para promover a aquisição de 2 rebocadores de 70 toneladas de força para o porto de Leixões.

A APDL já recebeu autorização da Tutela para a concretização dos investimentos elencados acima (com exceção da revisão em alta do investimento da Doca 1, ainda em avaliação) através dos Ofícios n.º 200/2019, de 11/02/2019, e n.º 201/2019, de 12/02/2019, remetidos para a empresa e em Assembleia Geral de 30 de julho de 2020.

Em síntese, o quadro abaixo destaca os principais investimentos da APDL por unidade de negócio e fontes de financiamento.

milhares de euros

Unidades de Negócio APDL	Até 2020		Anos 2021 e seguintes				Anos Seguintes	Fonte de financiamento (>=2021)			
	Anos anteriores	2020	2021	2022	2023	OE		FC	FP	FB	
	Porto de Leixões	217 852	13 135	59 059	119 278	32 400		124 484	0	41 763	236 199
Prolongamento Quebramar / Melhoria Acessibilidades Marítimas	1 462	185	19 878	95 466	15 723	10 604		41 650	45 021	55 000	
Aquisição de rebocadores			13 600						13 600		
Substituição Cais D1N	196	72	19	7 160	12 240	6 100			23 260		
Plataforma Logística	100 300	217	1 612	62	17	8 628			10 319		
Outros investimentos	115 894	12 661	23 950	16 590	4 420	99 152		113	143 999		
Porto de Viana do Castelo	5 011	9 968	9 008	444	180	19 995	1 660	0	31 283	0	
Consolidação do Molhe Norte	644	1 939				19 280			19 280		
Melhoria das Acessibilidades Marítimas	88	7 095	8 035						11 351		
Outros investimentos	4 279	934	973	444	180	715	1 660		652		
Via Navegável do Douro	19 726	2 231	3 045	3 232	1 461	60 617	6 491	0	61 864	0	
Correção do traçado do canal navegável	775	145	45	365	1	42 441	391		42 461		
Outros investimentos	18 951	2 086	3 000	2 867	1 460	18 176	6 100		19 403		

4. Análise das Projeções Económico-Financeiras

As projeções económico-financeiras que de seguida se apresentam para o ano de 2021 refletem os pressupostos explanados ao longo do documento bem como o plano de investimentos proposto. Os valores de fecho de 2020 são extrapolados com base no realizado até dezembro desse ano, excluindo tarefas de encerramento.

As demonstrações financeiras previsionais para o triénio de 2021 a 2023 encontram-se no Capítulo 5. Anexos.

4.1. Orçamento de Rendimentos

Os rendimentos operacionais projetados para 2021 ascendem a 64,9 milhões de euros, representando uma ligeira diminuição de 1% (-539 mil euros) face à estimativa de fecho de 2020, advindo essencialmente da rubrica Vendas e serviços prestados.

milhares de euros

Rendimentos Operacionais	Real	Estimativa	Previsão	2021/2020	
	2019	2020	2021	Δ€	Δ%
Vendas e serviços prestados	55.587	51.938	51.509	-430	-1%
Subsídios à exploração	900	1.039	1.118	79	8%
Outros rendimentos	13.282	12.421	12.233	-188	-2%
Total dos Rendimentos Operacionais *	69.769	65.398	64.859	-539	-1%

* Excluindo reversões de imparidade e juros

Neste contexto atual de pandemia, em 2020 prevê-se uma quebra da atividade, estimando-se assim um volume de negócios de 51,9 milhões de euros, abaixo do realizado em 2019. A diminuição prevista para 2021 de 430 mil euros na rubrica de vendas e serviços prestados assenta, essencialmente, na mudança de estratégia operacional do parceiro de negócios dos granéis líquidos e da retração do movimento dos navios de passageiros, estimando-se, contudo, um incremento ao nível do tráfego dos restantes navios e carga movimentada face a 2020, e uma vez que não haverá atualização das principais tarifas praticadas pela APDL.

A rubrica Outros rendimentos, a qual se estima que represente em 2021 cerca de 19% dos rendimentos operacionais, apresenta um valor global de 12,2 milhões de euros, revelando um ligeiro decréscimo de 2% face aos 12,4 milhões de euros estimados para 2020. Destaque para o decréscimo estimado de cerca de 890 mil euros nas rubricas Imputação de Subsídios aos Investimento e Subsídios ao investimento - Imparidade, conforme se observa na tabela abaixo.

milhares de euros

Outros Rendimentos	Real	Estimativa	Previsão	2021/2020	
	2019	2020	2021	Δ€	Δ%
Rendimentos suplementares	611	387	547	160	41%
Rendas das propriedades de investimento	445	449	449	-1	0%
Subsídios ao investimento	5.909	5.966	5.347	-619	-10%
Subsídios ao investimento - Imparidade	3.416	2.078	1.826	-252	-12%
Ativos das concessões	2.781	2.778	2.758	-20	-1%
Outros rendimentos	120	762	1.305	544	72%
Total Outros Rendimentos	13.282	12.421	12.233	-188	-2%

4.2. Orçamento de Gastos

O aumento dos gastos operacionais estimados entre os exercícios de 2020 e 2021, de cerca de 4,5 milhões de euros, é justificada fundamentalmente pela reversão da provisão para processos judiciais decorrente do acordo obtido ainda em 2020.

milhares de euros

Gastos	Real	Estimativa	Previsão	2021/2020	
	2019	2020	2021	Δ€	Δ%
Fornecimentos e serviços externos	13.215	13.014	13.428	415	3%
Gastos com pessoal	15.515	15.703	16.387	684	4%
CMVMC	1.475	1.316	1.594	278	21%
Provisões do período	1.327	-2.735	188	2.923	-107%
Imparidade de dívidas a receber	6	0	0	0	0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações	2.317	3.719	4.018	299	8%
Outros gastos	2.940	2.782	2.644	-138	-5%
Total dos Gastos *	36.795	33.799	38.260	4.461	13%

* Excluindo gastos de depreciação e de amortização, juros e Imposto sobre rendimento.

Estima-se que em 2020, os Fornecimentos e Serviços Externos ascendam a 13,0 milhões de euros, face ao contributo de gastos relevantes ocorridos no presente ano, nomeadamente consultorias (390 mil euros em 2020 e 405 mil euros em 2021), honorários relacionados com prestações de serviços que em 2021 integram o quadro de pessoal (415 mil euros em 2020 e 302 mil euros em 2021) e conservação e reparação – outras (1,7 milhões de euros em 2020 e 1,2 milhões euros em 2021).

A rubrica Gastos com o pessoal, cujo aumento face ao período anterior (4%) encontra-se detalhado nos capítulos anteriores (Política de Recursos Humanos e Política de Controlo e Contenção de Gastos) representa cerca de 42,8% do total de gastos operacionais em 2021, atingindo o montante de 16,4 milhões de euros.

Prevê-se que a rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis aumente ligeiramente (299 mil euros) face à estimativa de 2020, pelo abrandamento do investimento nas unidades geradoras de caixa deficitárias, PVC e VND.

A rubrica Outros Gastos, a qual se estima que represente em 2021 cerca de 6,9% dos gastos operacionais, apresenta um valor global de 2,6 milhões de euros, representando um decréscimo de 138

mil euros quando comparado com o fecho de 2020. A comparticipação devida à entidade reguladora AMT e à DGRM tem um peso de 80% no total deste gasto.

4.3. Conta de Exploração das Unidades de Negócio

A tabela seguinte apresenta o contributo de cada unidade de negócio para o EBITDA da APDL em 2021, sendo o Porto de Leixões a principal unidade de negócio responsável pela formação deste resultado positivo da empresa.

milhares de euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsão 2021			
	TOTAL	PL	PVC	VND
Vendas e serviços prestados	51.509	48.464	1.999	1.046
Subsídios à exploração	1.118	0	618	500
Outros ganhos operacionais	2.302	1.867	434	0
Ganhos operacionais	54.928	50.331	3.050	1.546
Consumo de inventários	-1.594	-1.457	-38	-99
Fornecimentos e serviços externos	-13.428	-9.813	-1.297	-2.318
Gastos com o pessoal	-16.387	-14.174	-1.629	-585
Outros gastos operacionais	-2.644	-2.553	-80	-11
Gastos operacionais	-34.054	-27.997	-3.044	-3.013
EBITDA (1)	20.874	22.334	6	-1.466
Depreciações e amortizações	-25.186	-20.825	-2.061	-2.300
Imparidades	-79	0	886	-964
Rendimentos diferidos	9.931	6.435	982	2.515
Provisões	-188	-186	-2	0
EBIT	5.353	7.758	-189	-2.216

(1) Corresponde ao EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

Prevê-se que o EBITDA global da APDL ascenda a 20,9 milhões de euros quando comparado com 21,9 milhões de euros previstos para 2020 e 24,5 milhões de euros alcançados em 2019.

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão, no entanto, os resultados apresentados no quadro acima não incorporam essas imputações internas de custos.

Deste modo, considerando os rendimentos e gastos imputados diretamente às unidades de negócio, é possível constatar um EBITDA para o PVC de 6 mil euros e para a VND negativo de 1,5 milhões de euros, contudo, expurgando os efeitos gerados pelos subsídios à exploração este indicador apresenta-se ainda mais negativo para estas duas unidades, refletindo os seus défices de exploração.

4.4. Demonstração de Resultados Previsional

As projeções económico-financeiras para 2021, que conduziram ao Orçamento de Rendimentos e ao Orçamento de Gastos, induzem a seguinte formação de Resultados:

milhares de euros

Demonstração de Resultados	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2021/2020	
	2019	2020	2021	2022	2023	Δ€	Δ%
Ganhos Operacionais	57.668	54.670	54.928	58.766	62.046	258	0%
Prestações de Serviços	55.587	51.938	51.509	55.343	58.414	-430	-1%
Outros Ganhos Operacionais	2.081	2.731	3.419	3.423	3.632	688	25%
Gastos Operacionais	-33.153	-32.811	-34.054	-35.522	-36.703	-1.243	4%
CMVMC + FSE	-14.690	-14.329	-15.023	-15.542	-15.850	-693	5%
Gastos com o Pessoal	-15.515	-15.703	-16.387	-17.097	-17.844	-684	4%
Outros Gastos	-2.947	-2.779	-2.644	-2.882	-3.008	135	-5%
EBITDA (1)	24.516	21.858	20.874	23.244	25.343	-984	-5%
Gasto de depreciação e de amortização	-25.287	-24.929	-25.186	-26.352	-27.186	-256	1%
Imparidade de investimentos	-681	473	-79	264	2.298	-552	-117%
Rendimentos diferidos	12.106	10.724	9.931	9.932	8.349	-793	-7%
Provisões (aumentos/reduções)	-1.327	2.735	-188	-188	-188	-2.923	-107%
EBIT	9.327	10.862	5.353	6.899	8.617	-5.509	-51%
Gastos de financiamento	-502	-395	-445	-275	-246	-49	12%
Resultados antes de impostos	8.825	10.466	4.908	6.624	8.371	-5.558	-53%
Imposto s/ o rendimento	-2.568	-2.429	-1.105	-1.613	-2.009	1.325	-55%
Resultado líquido do período	6.257	8.037	3.803	5.011	6.362	-4.234	-53%

(1) corresponde ao EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

Em 2021, o EBITDA apresentará um decréscimo de 5% face ao esperado para o ano anterior, considerando a retração esperada de 1% na rubrica de prestação de serviços e o acréscimo de 4% no total dos gastos operacionais.

Por sua vez, prevê-se que o EBIT, ou resultado operacional, reduza 5,5 milhões de euros relativamente ao estimado para 2020, influenciado pelos esperados efeitos gerados com a assunção da imparidade do negócio do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro e pela reversão da provisão para processos judiciais decorrente do acordo obtido em 2020.

O resultado antes de impostos (RAI) rondará os 4,9 milhões de euros em 2021, traduzindo uma diminuição igualmente significativa face à estimativa para 2020 (-53%).

Em 2021, o resultado líquido do período deverá ascender a 3,8 milhões de euros, espelhando assim as consequências da atual conjuntura provocada pela pandemia.

Tendo presente o referido, apresentam-se no quadro que se segue os indicadores económicos para o período de 2019 a 2023.

Indicadores Económicos	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
	2019	2020	2021	2022	2023
V.A.B. (em 1 000 €)	55.079	51.068	49.837	53.156	54.545
Cash-Flow (em 1 000 €)	29.908	28.774	25.050	27.424	29.608
Margem EBITDA (em %)	44,10%	42,09%	40,53%	42,00%	43,39%
Margem EBIT (em %)	16,78%	20,91%	10,39%	12,47%	14,75%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	1,70%	2,16%	1,01%	1,24%	1,53%
ROACE - <i>Returns On Average Capital Employed</i>	1,54%	1,85%	0,90%	1,04%	1,22%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultados Líquidos + Depreciações

EBITDA= Resultados Operacionais + Depreciações

Margem EBITDA = EBITDA / Prestação de Serviços

EBIT = Resultados Operacionais

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultados Líquidos/Capitais Próprios

ROACE = EBIT x (1-Tax Rate) / (Média do Total do Activo - Média Passivo Corrente)

4.5. Orçamento financeiro

Conforme se constata no Mapa de Fluxos de Caixa Previsionais apresentados no Anexo 5.6., perspectiva-se para 2021 uma diminuição das disponibilidades para 35,0 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 28,9 milhões de euros, face ao estimado para 2020.

O fluxo gerado pelas atividades operacionais⁴ situar-se-á em 25,0 milhões de euros em 2021, sendo expectável para 2020 o valor de apenas 10,2 milhões perante o menor recebimento de clientes esperado para esse ano e do pagamento do acordo alcançado no processo judicial de 2020

Quanto ao fluxo gerado pelas atividades de investimento, este apresentar-se-á negativo em 2021 (-68,8 milhões de euros) perante o montante de 82,1 milhões de euros relativo a pagamentos a efetuar no âmbito dos investimentos, compensado pelo recebimento esperado de subsídios ao investimento de 12,8 milhões de euros.

No que concerne às atividades de financiamento, a APDL pressupõe a não distribuição de dividendos ao acionista nos anos que se seguem, considerando os elevados montantes de pagamentos do investimento concentrados nos anos de 2020 e 2023, de cerca de 261 milhões de euros. Todavia, ainda haverá necessidade de financiamento bancário, o qual se estima em 55 milhões de euros a utilizar em 2021 e 2022. Note-se que, destes 55 milhões de euros, a APDL já contratualizou com o BPI, SA, em novembro de 2019, um financiamento bancário até ao máximo de 17,5 milhões de euros, com uma duração de dez anos e um período de utilização de dois anos a alocar ao investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017- PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

Acresce que, em 2021 será feita uma amortização de capital de cerca de 1,1 milhões de euros, acrescida de 366 mil euros a título de juros relativo ao empréstimo BEI em curso.

⁴ Pressupondo igualmente o prazo médio de recebimento de cerca de 42 dias e o prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias

4.6. Balanço Previsional

Em função dos pressupostos considerados, a situação patrimonial deverá apresentar-se no final de 2021, da seguinte forma:

milhares de euros

BALANÇO PREVISIONAL	Real		Estimativa		Previsão	
	2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	384.709	82,72%	387.118	83,18%	447.956	91,16%
Ativo corrente	80.377	17,28%	78.280	16,82%	43.418	8,84%
Clientes	3.325	0,72%	6.338	1,36%	4.440	0,90%
Caixa e depósitos bancários	67.065	14,42%	63.939	13,74%	35.026	7,13%
Outros ativos correntes	9.987	2,15%	8.003	1,72%	3.951	0,80%
ATIVO	465.086	100,00%	465.397	100,00%	491.374	100,00%
Capital Próprio	367.824	79,09%	371.300	79,78%	377.455	76,82%
Passivo não corrente	78.231	16,82%	60.741	13,05%	88.079	17,93%
Passivo corrente	19.030	4,09%	33.357	7,17%	25.840	5,26%
Fornecedores	1.996	0,43%	1.680	0,36%	1.260	0,26%
Outros passivos correntes	17.034	3,66%	31.677	6,81%	24.580	5,00%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	465.086	100,00%	465.397	100,00%	491.374	100,00%

Das variações patrimoniais projetadas, sublinham-se as seguintes:

- O Ativo não corrente, em 2021, apresenta um acréscimo de 60,8 milhões de euros face a 2020 justificado pelo investimento a realizar (71,1 milhões de euros), pese embora os investimentos executados nas unidades de negócio deficitárias (porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro) sejam alvo de ajustamento por imparidade de igual montante, deduzido do grande volume de depreciações previsto;
- O Ativo corrente representará cerca de 8,8% do total do Ativo, apresentando uma diminuição de 34,9 milhões de euros, devido à expectativa de diminuição da rubrica Caixa e depósitos bancários pelos pagamentos dos investimentos a realizar;
- No Passivo não corrente perspectiva-se um aumento de 27,3 milhões de euros quando comparado com o esperado para 2020, destacando-se o aumento na rubrica de Financiamentos obtidos (+13,1 milhões de euros);
- No Passivo corrente prevê-se um decréscimo de 7,5 milhões de euros, justificado essencialmente pela rubrica Outras contas a pagar (-8,9 milhões de euros), relacionada com fornecedores de investimento.

De acordo com a evolução projetada, a situação patrimonial origina as seguintes variações nos rácios, tal como se pode observar no quadro abaixo:

RUBRICAS	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
	2019	2020	2021	2022	2023
Autonomia Financeira	0,79	0,80	0,77	0,72	0,74
Capacidade de Endividamento	0,20	0,35	0,23	0,23	0,21
Solvabilidade	3,78	3,95	3,31	2,54	2,90
Liquidez Geral	4,22	2,35	1,68	0,59	0,35

Autonomia Financeira = Capitais Próprios / Ativo

Capacidade de Endividamento = Passivo Corrente / Passivo Total

Solvabilidade = Capitais Próprios / Passivo Total

Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente

Em termos de Liquidez Geral, estima-se que o Ativo corrente represente cerca de 1,68 vezes o Passivo corrente em 2021, sendo que nos anos seguintes se observa uma deterioração do rácio, perante a necessidade de utilização dos excedentes de tesouraria para financiamento do investimento a executar.

Relativamente ao indicador de Solvabilidade prevê-se uma diminuição no triénio de 2021-2023 face aos valores alcançados em 2019 e 2020, devido ao aumento no triénio da rubrica de Outras Dívidas a Pagar, nomeadamente Fornecedor de Investimento e Financiamentos obtidos.

Os restantes indicadores, Autonomia Financeira e Capacidade de Endividamento, deverão sofrer uma ligeira diminuição face a 2020.

5. Anexos

5.1. Parecer do Órgão de Fiscalização
(segue separadamente ao PAO 2021-2023)

5.2. Pedido de Dispensa do Cumprimento dos Princípios Enunciados nos IEPAO 2021

5.3. Despachos de membros do Governo de autorizações de situações de exceção ou recrutamento

5.4. Balanço Previsional

RUBRICAS	Real	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ATIVO						
Ativo não corrente:						
Ativos fixos tangíveis	322 060 771	312 962 164	321 029 037	368 184 875	466 652 115	478 123 142
Propriedades de investimento	3 107 148	2 905 424	2 703 701	2 501 978	2 300 255	2 098 532
Ativos intangíveis	44 794 264	41 401 476	37 912 907	53 506 563	52 106 220	49 990 876
Participações financeiras – Outros métodos	8 845	12 097	17 928	21 820	25 768	29 716
Ativos por impostos diferidos	29 599 041	27 427 478	25 454 082	23 740 556	21 944 436	20 050 676
Total do ativo não corrente	399 570 069	384 708 639	387 117 655	447 955 792	543 028 794	550 292 942
Ativo corrente:						
Inventários	669 836	679 114	713 524	713 524	713 524	713 524
Clientes	5 392 152	3 325 439	6 337 776	4 440 299	4 731 945	4 947 166
Estados e outros entes públicos	1 244 842	216 596	159 006	1 081 103	25 846	20 188
Outras contas a receber	4 554 587	7 574 399	4 580 454	2 042 840	2 801 243	1 775 370
Diferimentos	341 757	1 516 875	2 550 382	113 971	113 971	113 971
Caixa e depósitos bancários	55 794 155	67 064 833	63 938 607	35 026 087	13 306 200	3 090 081
Total do ativo corrente	67 997 329	80 377 256	78 279 749	43 417 824	21 692 729	10 660 300
Total do ativo	467 567 398	465 085 895	465 397 404	491 373 616	564 721 523	560 953 242
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio:						
Capital realizado	51 035 000	51 035 000	51 035 000	51 035 000	51 035 000	51 035 000
Reservas legais	11 122 456	11 122 456	11 122 456	11 122 456	11 122 456	11 122 456
Outras reservas	170 220 904	174 939 657	181 264 801	181 301 992	181 324 023	181 346 055
Resultados transitados	65 916 428	66 059 813	65 863 734	73 795 366	77 567 498	82 552 148
Outras variações no capital próprio	62 506 555	58 410 610	53 976 442	56 396 635	79 257 224	84 726 214
	360 801 343	361 567 536	363 262 433	373 651 449	400 306 201	410 781 873
Resultado líquido do período	7 062 139	6 256 943	8 037 079	3 803 476	5 011 132	6 361 824
Total do capital próprio	367 863 482	367 824 479	371 299 512	377 454 925	405 317 333	417 143 697
Passivo						
Passivo não corrente:						
Provisões	14 465 961	15 792 984	3 711 770	3 900 120	4 088 470	4 276 820
Financiamentos obtidos	15 720 000	14 660 000	13 600 000	26 678 750	57 061 250	48 946 250
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8 530 218	8 418 112	7 944 210	7 415 898	6 882 908	6 390 832
Passivos por impostos diferidos	3 109 345	2 926 130	2 825 612	2 750 606	2 748 170	2 750 595
Outras contas a pagar	14 312 759	12 727 101	11 498 609	12 231 188	19 348 790	21 050 858
Diferimentos	26 488 362	23 707 080	21 160 608	35 102 521	32 344 433	29 586 345
	82 626 645	78 231 407	60 740 809	88 079 083	122 474 021	113 001 700
Passivo corrente:						
Fornecedores	2 474 497	1 995 641	1 679 960	1 260 076	1 300 666	1 324 067
Estado e outros entes públicos	1 042 828	1 336 785	1 780 554	1 323 836	1 467 739	1 851 139
Financiamentos obtidos	1 020 000	1 060 000	1 060 000	3 287 500	7 077 500	8 075 000
Outras contas a pagar	9 711 222	11 808 351	26 201 156	17 332 784	24 448 849	16 922 224
Diferimentos	2 828 724	2 829 232	2 635 413	2 635 412	2 635 415	2 635 415
	17 077 271	19 030 009	33 357 083	25 839 608	36 930 169	30 807 845
Total do passivo	99 703 916	97 261 416	94 097 892	113 918 691	159 404 190	143 809 545
Total do capital próprio e do passivo	467 567 398	465 085 895	465 397 404	491 373 616	564 721 523	560 953 242

euros

RUBRICAS	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
	202103	202106	202109	202112
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	333 472 030	351 728 841	360 549 574	368 184 875
Propriedades de investimento	2 653 270	2 602 840	2 552 409	2 501 978
Ativos intangíveis	37 976 321	37 572 435	53 555 349	53 506 563
Participações financeiras – Outros métodos	18 762	19 874	20 708	21 820
Ativos por impostos diferidos	25 027 983	24 597 995	24 171 881	23 740 556
Total do ativo não corrente	399 148 366	416 521 985	440 849 921	447 955 792
Ativo corrente:				
Inventários	713 524	713 524	713 524	713 524
Clientes	6 448 694	4 959 433	4 644 413	4 440 299
Estados e outros entes públicos	28 342	82 907	694 568	1 081 103
Outras contas a receber	2 042 840	2 042 840	2 042 840	2 042 840
Diferimentos	113 971	113 971	113 971	113 971
Caixa e depósitos bancários	51 486 524	57 649 138	44 198 062	35 026 087
Total do ativo corrente	60 833 895	65 561 813	52 407 378	43 417 824
Total do ativo	459 982 261	482 083 798	493 257 299	491 373 616
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital realizado	51 035 000	51 035 000	51 035 000	51 035 000
Reservas legais	11 122 456	11 122 456	11 122 456	11 122 456
Outras reservas	181 301 992	181 301 992	181 301 992	181 301 992
Resultados transitados	73 846 558	73 829 494	73 812 430	73 795 366
Outras variações no capital próprio	54 407 076	54 901 327	55 415 218	56 396 635
	371 713 082	372 190 269	372 687 096	373 651 449
Resultado líquido do período	1 314 174	2 570 975	3 128 518	3 803 476
Total do capital próprio	373 027 256	374 761 244	375 815 614	377 454 925
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões	3 758 857	3 805 945	3 853 032	3 900 120
Financiamentos obtidos	13 600 000	28 352 500	28 352 500	26 678 750
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	7 820 298	7 680 054	7 556 142	7 415 898
Passivos por impostos diferidos	2 803 454	2 781 296	2 765 951	2 750 606
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-
Outras contas a pagar	11 627 426	11 776 059	11 930 811	12 231 188
Diferimentos	20 471 086	19 781 564	35 792 043	35 102 521
	60 081 121	74 177 418	90 250 479	88 079 083
Passivo corrente:				
Fornecedores	1 200 683	1 215 720	1 216 138	1 260 076
Estado e outros entes públicos	1 958 831	1 709 917	1 301 290	1 323 836
Financiamentos obtidos	1 060 000	3 267 500	3 267 500	3 287 500
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Outras contas a pagar	20 018 957	24 316 586	18 770 865	17 332 783
Diferimentos	2 635 413	2 635 413	2 635 413	2 635 413
	26 873 884	33 145 136	27 191 206	25 839 608
Total do passivo	86 955 005	107 322 554	117 441 685	113 918 691
Total do capital próprio e do passivo	459 982 261	482 083 798	493 257 299	491 373 616

5.5. Demonstração de Resultados Previsional

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
	2019	2020	2021	2022	2023
Vendas e serviços prestados	55 587 309	51 938 394	51 508 832	55 343 149	58 413 650
Subsídios à exploração	899 604	1 038 757	1 117 500	1 117 500	1 117 500
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 474 940)	(1 315 894)	(1 594 344)	(1 628 694)	(1 693 189)
Fornecimentos e serviços externos	(13 215 048)	(13 013 527)	(13 428 369)	(13 913 500)	(14 157 059)
Gastos com o pessoal	(15 515 318)	(15 703 232)	(16 387 236)	(17 097 284)	(17 844 184)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(5 766)	3 750	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	(1 327 024)	2 735 042	(188 350)	(188 350)	(188 351)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	(2 316 881)	(3 718 985)	(4 018 000)	(3 675 750)	(1 641 000)
Aumentos/reduções de justo valor	(1 350)	-	-	-	-
Outros rendimentos	13 287 961	12 416 918	12 232 895	12 237 250	10 864 192
Outros gastos	(2 940 254)	(2 782 384)	(2 643 995)	(2 882 235)	(3 008 143)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	32 978 293	31 598 839	26 598 933	29 312 086	31 863 416
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(25 287 136)	(24 929 242)	(25 185 610)	(26 352 277)	(27 185 610)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 636 149	4 192 079	3 939 401	3 939 401	3 939 401
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9 327 306	10 861 676	5 352 724	6 899 210	8 617 207
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(502 327)	(395 210)	(444 597)	(275 270)	(246 110)
Resultado antes de impostos	8 824 979	10 466 466	4 908 127	6 623 940	8 371 097
Imposto sobre o rendimento do período	(2 568 036)	(2 429 387)	(1 104 651)	(1 612 808)	(2 009 273)
Resultado líquido do período	6 256 943	8 037 079	3 803 476	5 011 132	6 361 824

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
	202103	202106	202109	202112
Vendas e serviços prestados	13 186 088	27 006 630	39 450 776	51 508 832
Subsídios à exploração	154 375	558 750	713 125	1 117 500
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(389 524)	(795 589)	(1 195 886)	(1 594 344)
Fornecimentos e serviços externos	(3 298 160)	(6 686 648)	(10 030 518)	(13 428 369)
Gastos com o pessoal	(3 576 241)	(7 943 813)	(11 654 606)	(16 387 236)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	(47 088)	(94 175)	(141 263)	(188 350)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	(1 004 500)	(2 009 000)	(3 013 500)	(4 018 000)
Outros rendimentos	2 788 753	5 515 213	8 205 165	12 232 895
Outros gastos	(689 894)	(1 384 551)	(2 017 686)	(2 643 995)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	7 123 809	14 166 817	20 315 607	26 598 933
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(6 296 403)	(12 592 806)	(18 889 208)	(25 185 610)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	984 850	1 969 701	2 954 551	3 939 401
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 812 256	3 543 712	4 380 950	5 352 724
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(102 296)	(223 686)	(352 908)	(444 597)
Resultado antes de impostos	1 709 960	3 320 026	4 028 042	4 908 127
Imposto sobre o rendimento do período	(395 786)	(749 051)	(899 524)	(1 104 651)
Resultado líquido do período	1 314 174	2 570 975	3 128 518	3 803 476

5.6. Fluxos de Caixa Previsionais

RUBRICA	Real	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
	2019	2020	2021	2022	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>					
Recebimentos de clientes	66 136 931	57 196 996	59 882 433	62 330 866	66 020 609
Pagamentos a fornecedores	(18 083 723)	(19 194 159)	(15 717 990)	(18 258 076)	(18 627 232)
Pagamentos ao pessoal	(12 521 276)	(12 850 110)	(12 671 322)	(13 242 519)	(13 837 127)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	35 531 932	25 152 727	31 493 121	30 830 271	33 556 250
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	593 212	199 211	(1 090 877)	1 568 092	(154 470)
Outros recebimentos/pagamentos	(7 909 997)	(15 088 179)	(5 406 044)	(5 793 150)	(8 106 050)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	28 215 147	10 263 759	24 996 200	26 605 213	25 295 730
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis	(17 673 107)	(17 366 037)	(79 494 643)	(116 129 457)	(40 186 029)
Ativos intangíveis	(570 586)	(242 726)	(2 626 941)	(2 918 494)	(2 161 698)
Investimentos financeiros	(4 474)	(5 116)	(3 884)	(3 940)	(3 948)
Recebimentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis	22 715	9 040	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-
Outros ativos	444 763	409 610	552 210	554 036	785 309
Subsídios ao investimento	4 506 503	5 334 197	12 795 703	36 384 407	13 783 696
Juros e rendimentos similares	1 542	152	-	-	-
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	(13 272 644)	(11 860 880)	(68 777 555)	(82 113 448)	(27 782 670)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos	-	-	17 500 000	37 500 000	-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	(1 020 000)	(1 060 000)	(2 193 750)	(3 327 500)	(7 117 500)
Juros e gastos similares	(451 826)	(469 104)	(437 415)	(384 152)	(611 680)
Dividendos	(2 200 000)	-	-	-	-
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	(3 671 826)	(1 529 104)	14 868 835	33 788 348	(7 729 180)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	11 270 677	(3 126 225)	(28 912 520)	(21 719 887)	(10 216 120)
Caixa e seus equivalentes no início do período	55 794 155	67 064 833	63 938 608	35 026 088	13 306 201
Caixa e seus equivalentes no fim do período	67 064 832	63 938 608	35 026 088	13 306 201	3 090 081

RUBRICA	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
	202103	202106	202109	202112
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes	14 513 732	31 666 480	46 009 457	59 882 433
Pagamentos a fornecedores	(2 389 491)	(6 843 276)	(11 241 590)	(15 717 991)
Pagamentos ao pessoal	(2 735 975)	(5 940 170)	(9 034 702)	(12 671 321)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	9 388 266	18 883 034	25 733 165	31 493 121
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	(563 831)	(915 195)	(1 090 877)
Outros recebimentos/pagamentos	(1 231 559)	(2 911 947)	(5 008 754)	(5 406 044)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	8 156 707	15 407 256	19 809 216	24 996 200
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	(24 642 017)	(44 490 787)	(64 511 536)	(79 494 643)
Ativos intangíveis	(1 043 945)	(1 602 189)	(1 985 213)	(2 626 941)
Investimentos financeiros	(1 104)	(1 938)	(3 050)	(3 884)
Recebimentos respeitantes a:				
Outros ativos	127 592	275 778	415 058	552 210
Subsídios ao investimento	4 950 683	7 363 252	9 775 821	12 795 703
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	(20 608 791)	(38 455 884)	(56 308 920)	(68 777 555)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	-	17 500 000	17 500 000	17 500 000
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	(540 000)	(540 000)	(2 193 750)
Juros e gastos similares	-	(200 842)	(200 842)	(437 415)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	-	16 759 158	16 759 158	14 868 835
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(12 452 084)	(6 289 470)	(19 740 546)	(28 912 520)
Caixa e seus equivalentes no início do período	63 938 608	63 938 608	63 938 608	63 938 608
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51 486 524	57 649 138	44 198 062	35 026 088

5.7. Plano de Investimentos Plurianual

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Un.: Milhares de Euros

Ação	Item	Total (Inv. em curso)*	Executado até 2019*	2020 Plano	2020 Exec. Estimada	2021	2022	2023	2021-2023	>2023	Financiamento Fundos Comunitário			Financiamento OE		
											2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total Porto de Leixões	Total Porto de Leixões	482 173	133 817	45 276	13 135	59 059	119 278	32 400	210 738	124 484	6 427	33 919	11 117			
00 - Aumento da capacidade de navegabilidade do	00.03 - Reabilitação Cais Avançado e Demol. Cabeça D1 Sul	29	0		29	0			0							
	00.06 - Protecção e Reparações da Ponte Móvel	3 351	287	2 117	488	1 471	1 105		2 576							
00 - Aumento da capacidade de navegabilidade do porto Total		3 380	287	2 117	517	1 471	1 105		2 576							
02 - Terminal de Cruzeiros	02.01 - Edifício	30 914	30 686	150	223	5			5							
	02.01 - Equipamentos p/ Terminal de Cruzeiros	253	206	30	17	30			30							
	02.01 - Protecção Anti-corrosiva- Manga Móvel TCZ	110	0	60	110	0			0							
	02.02 - Obras Marítimas	39	0	100	39	0			0							
	02.03 - Molhe sul	822	135	131	337	50			50	300						
02 - Terminal de Cruzeiros Total		32 138	31 027	471	726	85			85	300						
03 - Melhoria das Condições Operacionais do Tern	03.02 - Colocação de Tetrápodes	5 468	2 368	0		0			0	3 100						
	03.03 - Reabilitação do TPL e Quebramar	4 838	478	2 801	771	3 324		265	3 589							
	03.04 - Equipamento de Movimentação Vertical	3 855	1 372	1 850	968	1 105	410		1 515							
03 - Melhoria das Condições Operacionais do Terminal Petrolero Total		14 160	4 218	4 651	1 739	4 429	410	265	5 104	3 100						
04 - Projecto da Portaria Principal	04.00 - Portaria Principal do Porto de Leixões	2 895	795			0			0	2 100						
	04.01 - Operacionalização (pesagens+ferrovia+via azul)	2 727	81	1 777	3	2 644			2 644							
	04.04 - Alterações Portaria Unica	250	0		125	125			125							
04 - Projecto da Portaria Principal Total		5 872	876	1 777	128	2 769			2 769	2 100						
06 - Estruturação da Plataforma Logística	06.01 - Acesso rodoviário do Pólo 1	7 441	7 418		3	10	5	5	20							
	06.02 - Pólos 1 e 2	70 977	60 464	1 686	214	1 602	57	12	1 671	8 628	0	0				
06 - Estruturação da Plataforma Logística Total		78 418	67 882	1 686	217	1 612	62	17	1 691	8 628	0	0				
07 - Reabilitação de Espaços e Edifícios	07.01 - Instalações p/ o SEF e Postos de Controlo de Passage	16	0		16	0			0							
	07.02 - Remodelação do Edifício Central	9	0	10	9	0			0							
	07.04 - Recuperação Edifício da DGT	965	176	666	342	447			447							
	07.05 - AVAC's	580	316	0	9	185	70		255							
	07.09 - Edifício das Obras Sociais - Conservação	193	13	135	10	0			0	170						
	07.10 - Reabilitações de Edifícios	1 398	107	65	151	226	134		360	780						
	07.11 - Reabilitações de Áreas Portuárias	25 110	0	50	20	90			90	25 000						
07 - Reabilitação de Espaços e Edifícios Total		28 271	612	926	556	948	204		1 153	25 950						
15 - Segurança Marítima e Portuária	15.01 - Sistemas de Ajuda à Operação Marítima	2 373	423	960	110	1 270	370		1 640	200						
	15.02 - Redes e Infra-Estruturas de Ajuda à Operação Portuária	6 951	245	289	216	505	50		555	5 935						
	15.03 - Segurança Portuária	2 828	1 092	1 145	538	818	380		1 198							
	15.04 - Trem Naval	28 857	12 379	10 920	1 048	13 830	600	500	14 930	500						
	15.06 - Vias Férreas	585	5	670	282	262	12	12	286	12						
	15.08 - Implementação de Centro Inspectivo	12 311	274	1 466	1 644	1 894	7 720	780	10 394							
	15.09 - Reforços e estabilização de Cais	31 084	234	6 068	2 573	2 777	7 160	12 240	22 177	6 100	3 580	6 120				
	15.10 - Sistemas e Equipamentos de Monitorização	155	0	80	10	70	75		145							
	15.12 - Protecção Anticorrosiva de Equipamentos	180	0	95	180	180			180							
	15.13 - Equipamentos de Apoio	510	0	510	12	48			48	450						
15 - Segurança Marítima e Portuária Total		85 833	14 652	22 203	6 432	21 653	16 367	13 532	51 552	13 197	3 580	6 120				
17 - Gestão Ambiental	17.01 - Planos de Monitorização	118	78	0		40			40							
	17.03 - Sistemas protecção anti-gaivotas	62	12	50		50			50							
	17.06 - Actualização do Sistema de Abastecimento de Águas	182	22	105		160			160							
	17.07 - Mitigação de Impactos Ambientais	1 340	0	100		140	600	600	1 340							
	17.12 - Cortinas de contentores	1 735	935	0		40	760		800							
	17.15 - Implementação de Sistemas de Energias Renováveis	28	8	20		20			20							
	17.16 - Alimentação Eléctrica a Navios	2 275	0	0	30	245			245	2 000	113					
17 - Gestão Ambiental Total		5 740	1 055	275	30	695	1 360	600	2 655	2 000	113					



APDL
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DOURO • LEIXÕES • VIANA

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Un.: Milhares de Euros

Ação	Item	Total (Inv. em curso)*	Executado até 2019*	2020 Plano	2020 Exec. Estimada	2021	2022	2023	2021-2023	>2023	Financiamento Fundos Comunitário			Financiamento OE		
											2021	2022	2023	2021	2022	2023
18 - Sistema de Informação Geográfica	18.02 - Levantamento de Infra-estruturas	1 241	0	70	50	35			35	1 156						
	18.03 - Evolução 3Port	306	185	30	1	30	30	30	30	90	30					
18 - Sistema de Informação Geográfica Total		1 547	185	100	51	65	30	30	125	1 186						
19 - Portal do Porto de Leixões	19.03 - Pipe e evolução JUP	1 839	1 692	100	67	30	25	25	80							
	19.04 - Portal Externo	220	50	75	30	90	25	25	140							
	19.06 - Aplicações móveis de suporte ao negócio	233	0	150	38	115	40	40	195							
	19.07 - Janela Única Logística	243	0	0	91	122	30		152							
19 - Portal do Porto de Leixões Total		2 534	1 741	325	226	357	120	90	567							
20 - Gestão Documental	20.02 - Portal Executivo	73	43	10	20	10			10							
	20.03 - Gestão Documental	98	38	0		30	15	15	60							
	20.04 - JUD	517	0	0	17	170	230		400	100						
20 - Gestão Documental Total		688	81	10	37	210	245	15	470	100						
21 - Portal Interno	21.01 - ERP	2 573	1 831	232	232	200	155	155	510							
	21.02 - Portal Interno	108	33	0		45	15	15	75							
	21.03 - Centro de Serviços	444	359	30	27	34	14	10	58							
	21.05 - Gestão de Expediente e Contratação	473	409	59	39	15	5	5	25							
	21.06 - Facilities Management	210	0	70		0		70	70	140						
21 - Portal Interno Total		3 808	2 632	391	298	294	189	255	738	140						
22 - Sistema de Informação e Gestão	22.01 - Informação de Gestão	539	60	150	29	150	150	150	450							
22 - Sistema de Informação e Gestão Total		539	60	150	29	150	150	150	450							
23 - Gestão Dominial	23.01 - Matosinhos	587	0	5	19	568			568							
	23.02 - Porto	6 156	487	1 217	211	1 114	26		1 139	4 319	0	0				
	23.03 - Vila Nova de Gaia	34 853	223	237	371	1 179			1 179	33 080						
23 - Gestão Dominial Total		41 595	709	1 459	600	2 861	26		2 887	37 399	0	0				
25 - Infra-estruturas TIC	25.01 - Atualização de Desktops e Periféricos	1 319	614	215	215	100	90	200	390	100						
	25.02 - Reformulação das Salas de Sistemas	356	290	50	6	50	10		60							
	25.03 - Sistemas de Cablagem	417	272	25	25	25	70	25	120							
	25.04 - Activos de rede	1 643	1 038	40	40	140	250	175	565							
	25.05 - Servidores	516	247	140	229	20	10	10	40							
	25.06 - Sistemas de Storage	896	696	80	160	0		40	40							
	25.07 - Sistemas de Segurança	1 108	1 035	12		23	25	25	73							
	25.08 - Licenciamento Software	2 208	1 363	225	165	180	350	150	680							
	25.09 - Sistemas de comunicações de Voz e Vídeo	196	158	0		26	6	6	38							
	25.10 - Network Operating Center	532	19	61	243	60	50	30	140	130						
25 - Infra-estruturas TIC Total		9 190	5 731	848	1 083	624	861	661	2 146	230						
28 - Novo Terminal de Contentores	28.01 - Novo Terminal de Contentores com fundos a -14 metro	163 319	1 462	5 560	185	19 918	95 776	15 823	131 517	30 154	6 314	30 339	4 997			
28 - Novo Terminal de Contentores Total		163 319	1 462	5 560	185	19 918	95 776	15 823	131 517	30 154	6 314	30 339	4 997			
29 - Continuidade de Negócio	29.02 - Reformulação de salas de sistemas	3 313	0	1 778	81	532	2 031	670	3 233							
29 - Continuidade de Negócio Total		3 313	0	1 778	81	532	2 031	670	3 233							
30 - Formalização da Infoestrutura	30.01 - Metodologias e Modelação de Processos	510	334	84	14	54	54	54	162							
	30.03 - Barramento de Serviços Empresariais	222	0	78	18	68	68	68	204							
	30.04 - Conformidade com RGPD	336	10	215	66	120	70	70	260							
	30.05 - Gestão de Riscos Empresariais	280	0	100	45	85	100	50	235							
30 - Formalização da Infoestrutura Total		1 348	344	477	143	327	292	242	861							
101 - Infra-estruturas Portuárias	101.01 - Reabilitação de Infra-estruturas Portuárias	21 974	644	1 103	2 050	0			0	19 280	0					
99 - Investimento Residual e Recorrente	99.01 - Investimento Residual e Recorrente	481	263	72	58	60	50	50	160	0						
99 - Investimento Residual e Recorrente Total		481	263	72	58	60	50	50	160	0						

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Un.: Milhares de Euros

Ação	Item	Total (Inv. em curso)*	Executado até 2019*	2020 Plano	2020 Exec. Estimada	2021	2022	2023	2021-2023	>2023	Financiamento Fundos Comunitário			Financiamento OE		
											2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total Porto de Viana do Castelo		40 637	1 043	20 222	9 968	9 008	444	180	9 631	19 995				973	444	180
	101.02 - Redes Eléctricas e Iluminação	64	29	50		35				35	0	0		35		
101 - Infra-estruturas Portuárias Total		22 038	673	1 153	2 050	35				35	19 280	0	0	35		
102 - Equipamentos Portuários	102.01 - Equipamento de Movimentação Vertical	360	0	325	21	20	64			84	255			20	64	
	102.02 - Equipamento de Apoio	45	0	45	9	36				36				36		
	102.03 - Outros Equipamentos de Operação	40	0	50	40	0				0						
102 - Equipamentos Portuários Total		445	0	420	70	56	64			120	255			56	64	
103 - Segurança Marítima e Portuária	103.01 - Sistemas de Ajuda à Operação Marítima	670	0	0		340	180	130		650	20			340	180	130
	103.03 - Segurança Portuária	799	199	350	50	300	200	50		550				300	200	50
103 - Segurança Marítima e Portuária Total		1 469	199	350	50	640	380	180		1 200	20			640	380	180
104 - Melhoria da Navegabilidade no Porto	104.01 - Melhoria das Acessibilidades Marítimas	15 218	88	17 394	7 095	8 035				8 035						
104 - Melhoria da Navegabilidade no Porto Total		15 218	88	17 394	7 095	8 035				8 035						
107 - Espaços e Edifícios	107.01 - Reabilitação de Edifícios	368	6	0		182				182	180			182		
107 - Espaços e Edifícios Total		368	6	0		182				182	180			182		
108 - Acessos ao Porto de Viana do Castelo	108.01 - Construção do Acesso Rodoviário ao PVC	650	0	850	650	0				0						
108 - Acessos ao Porto de Viana do Castelo Total		650	0	850	650	0				0						
117 - Gestão Ambiental	117.01 - Implementação de Sistemas de Energias Renováveis	18	8	10		10				10				10		
	117.02 - Alimentação Eléctrica a Navios	16	0	0	16	0				0				0		
117 - Gestão Ambiental Total		34	8	10	16	10				10				10		
121 - Infra-estruturas e Equipamentos das Marinas	121.05 - Reabilitações nas Marinas	304	11	45	33	0				0	260					
121 - Infra-estruturas e Equipamentos das Marinas Total		304	11	45	33	0				0	260					
125 - Infra-estruturas TIC	125.01 - Infra-estruturas TIC	108	58	0		50				50				50		
125 - Infra-estruturas TIC Total		108	58	0		50				50				50		
199 - Investimento Residual e Recorrente	199.01 - Investimento Residual e Recorrente	3	0	0	3	0				0						
199 - Investimento Residual e Recorrente Total		3	0	0	3	0				0						
Total Via Navegável do Douro		75 135	4 549	2 907	2 231	3 045	3 232	1 461	7 738	60 617				2 250	2 780	1 461
201 - Melhoria do Canal de Navegação	201.01 - Correção do traçado do canal navegável	43 772	775	156	145	45	365	1	411	42 441	0	0		25	365	1
201 - Melhoria do Canal de Navegação Total		43 772	775	156	145	45	365	1	411	42 441	0	0		25	365	1
202 - Infraestruturas Fluviais e Terrestres	202.01 - Construção de novas infraestruturas	4 374	22	2	21	1	190			191	4 140			0	190	
	202.02 - Reabilitação e benef. de infraestruturas	16 748	1 793	1 538	1 014	1 800	1 205	850		3 855	10 086	0	0	1 410	1 205	850
	202.03 - Redes de água, energia, saneam. resíduos	3 604	12	421	166	180	417	80		677	2 750	0	0	120	417	80
202 - Infraestruturas Fluviais e Terrestres Total		24 727	1 827	1 961	1 201	1 981	1 812	930		4 723	16 976	0	0	1 530	1 812	930
203 - Operacionalidade e Segurança da VND	203.01 - Assinalamento e sistema de balizagem	2 690	323	400	367	300	450	200		950	1 050			270	450	200
	203.03 - RIS (Sist. comunicação e controlo de tráfego)	1 159	376	170	170	194	340	80		614				130	153	80
	203.04 - Emergência e segurança	1 488	98	180	320	445	245	230		920	150			295		230
203 - Operacionalidade e Segurança da VND Total		5 337	797	750	857	939	1 035	510		2 484	1 200			695	603	510
209 - DIWW 2020	209.01 - Safer and Sustainable Accessibility	1 249	1 151	30	29	30	20	20		70				0		20
209 - DIWW 2020 Total		1 249	1 151	30	29	30	20	20		70				0		20
217 - Gestão Ambiental	217.01 - Implementação de Sistemas de Energias Renováveis	50	0	10		50				50				0		
217 - Gestão Ambiental Total		50	0	10		50				50				0		
Total Geral		597 945	139 408	68 405	25 334	71 112	122 954	34 041	228 107	205 096	6 427	33 919	11 117	3 223	3 224	1 641

* - em "Total" e "Executado até 2019" consideram-se apenas as linhas correspondentes a medidas de investimento com valores planeados nos anos >=2021

5.8. Orçamento de Gastos (Plano de Redução de Custos)

Plano de Atividades e Orçamento 2021-2023

Plano de Redução de Custos (euros)	Real 2019	Previsão 2020	Estimativa 2020	Previsão 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
GASTOS OPERACIONAIS	30 205 306	34 613 948	30 032 653	31 784 949	32 645 388	33 706 676
GASTOS OPERACIONAIS sem indemnizações	30 205 306	34 613 948	30 032 653	31 784 949	32 645 388	33 706 676
CMVMC	1 474 940	1 711 193	1 315 894	1 594 344	1 628 694	1 693 189
Mercadorias	1 013 903	1 041 228	948 962	968 046	992 247	1 041 860
Matér. Subsidiárias	342 860	382 805	242 876	380 656	389 822	401 992
Materiais diversos	118 177	287 160	124 056	245 642	246 625	249 337
Fornecimentos e serviços externos	13 215 048	16 828 421	13 013 527	13 803 369	13 913 500	14 157 059
Subcontratos	895 102	1 527 289	1 126 407	1 309 197	1 320 360	1 340 298
Amarração	492 915	645 997	573 584	684 425	687 163	694 721
Recolha Resíduos	170 848	642 500	152 290	250 000	256 020	264 013
Operação Ponte Móvel	118 108	118 108	114 802	130 000	130 520	131 956
Gestão Plataforma Logística	20 202	21 600	20 300	21 600	21 686	21 925
Fornecimento água a navios	41 787	43 337	36 333	65 333	66 906	68 995
FSE;Sub; Outros	140	578	175 230	101 404	101 404	101 404
Atendimento telefónico	51 102	55 169	53 869	56 435	56 661	57 284
Serviços Especializados	1 446 227	2 265 350	1 318 566	1 437 746	1 437 746	1 437 746
Consultoria	383 586	999 400	388 343	405 000	405 000	405 000
Outros	1 062 641	1 265 950	930 223	1 032 746	1 032 746	1 032 746
Viagens e estadas	60 958	79 378	14 516	54 900	54 900	54 900
Portagens e estacionamento	22 004	22 260	11 468	24 355	24 355	24 355
Eletricidade	1 866 561	2 059 100	1 754 000	1 807 790	1 860 397	1 974 904
Combustíveis	40 610	45 629	31 619	44 789	44 789	44 789
Água	415 997	448 300	338 434	401 009	418 718	448 723
Artigos para oferta	9 504	21 700	671	7 500	7 500	7 500
Rendas e alugueres	351 395	371 285	270 918	365 366	365 366	365 366
Renting automóveis	185 754	197 014	178 211	198 840	198 840	198 840
Aluguer autocarros	56 343	52 620	27 296	52 040	52 040	52 040
Outros alugueres	109 298	121 651	65 411	114 486	114 486	114 486
Despesas representação	14 272	24 245	7 349	17 585	17 585	17 585
Comunicação	109 080	83 495	86 060	93 135	93 135	93 135
Correios	17 953	16 500	9 740	17 100	17 100	17 100
Telecomunicações	91 127	66 995	76 320	76 035	76 035	76 035
Seguros	304 032	349 233	341 133	382 781	384 313	388 540
Transportes	9 305	11 511	6 573	8 650	8 650	8 650
Comissões	36 651	13 822	1 519	0	0	0
Honorários	464 927	916 591	563 154	441 040	441 040	441 040
Advogados	62 399	62 000	82 321	62 000	62 000	62 000
Enfermeiros	21 525	23 640	16 416	25 300	25 300	25 300
Outros	362 858	799 951	437 458	333 240	333 240	333 240
Contenc. Notariado	18 145	31 000	26 959	20 500	20 500	20 500
Conservação e reparação	3 570 557	4 297 931	3 559 603	3 706 449	3 721 274	3 762 208
Frota Naval	292 202	491 850	315 192	350 953	352 357	356 233
Conservação e reparação - outras	1 196 909	1 116 672	1 673 143	1 187 045	1 191 793	1 204 903
Informática	463 779	617 479	483 189	468 774	470 650	475 827
Dragagens	1 617 667	2 071 930	1 088 079	1 699 676	1 706 475	1 725 246
Publicidade e propaganda	582 281	782 255	386 354	572 586	572 586	572 586
Publicidade e propag.	450 874	570 190	214 066	381 880	381 880	381 880
Out. serv. diversos	131 406	212 065	172 289	190 706	190 706	190 706
Limpeza e higiene	1 100 907	1 411 304	1 214 849	1 132 794	1 137 326	1 149 836
Limpeza das praias	174 200	154 900	203 044	184 900	185 640	187 682
Limpeza do cais	428 240	615 000	436 277	450 000	451 800	456 770
Limpeza - outras	498 467	641 404	575 528	497 894	499 886	505 384
Vigilância e segurança	1 717 014	1 864 410	1 810 096	1 789 514	1 796 672	1 816 436
Outros	197 661	233 333	170 236	206 184	206 790	208 463
Refeições p/ cantina	103 445	98 850	70 398	99 400	99 798	100 895
Material escritório	17 618	24 521	15 958	22 021	22 021	22 021

Plano de Atividades e Orçamento 2021-2023

Plano de Redução de Custos (euros)	Real 2019	Previsão 2020	Estimativa 2020	Previsão 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
Mat. Médico-cirúrgico	22 417	21 500	29 315	27 700	27 700	27 700
Outros	54 182	88 462	54 564	57 063	57 271	57 846
Gastos com o pessoal	15 515 318	16 074 333	15 703 232	16 387 236	17 103 194	17 856 428
Gastos com o pessoal sem indemnizações	15 515 318	16 074 333	15 703 232	16 387 236	17 103 194	17 856 428
Órgãos Sociais	441 354	435 666	404 898	351 583	351 583	351 583
Remuneração fixa	261 717	259 530	248 060	212 841	212 841	212 841
Subsídio de refeição	10 179	9 746	8 517	7 293	7 293	7 293
Outras remunerações	75 773	75 417	65 159	57 406	57 406	57 406
Ajudas de custo	5 212	500	1 370	3 000	3 000	3 000
Encargos s/ remunerações	71 503	73 913	65 130	54 702	54 702	54 702
Outros benefícios/gastos	1 370	960	1 091	740	740	740
Outros - ROC	15 600	15 600	15 600	15 600	15 600	15 600
Pessoal	15 073 964	15 638 668	15 298 334	16 035 653	16 751 611	17 504 845
Remuneração fixa	8 346 941	8 451 492	8 424 559	8 844 835	9 287 077	9 751 431
Subsídio de refeição	687 624	868 523	786 028	843 691	843 691	843 691
Outras remunerações	2 399 800	2 479 782	2 394 305	2 608 109	2 732 835	2 863 798
Ajudas de custo	18 281	30 331	14 333	26 250	26 250	26 250
Formação	90 565	182 500	110 835	90 000	90 000	90 000
Pensões e Planos de saúde	188 728	182 117	133 601	112 481	112 481	112 481
Encargos s/ remunerações	2 621 161	2 733 462	2 665 999	2 805 315	2 945 540	3 092 777
Seguros acidentes no trabalho e doenças	154 603	163 250	157 395	166 350	174 250	182 545
Seguros de saúde	207 013	206 000	212 307	216 000	216 864	219 250
Seguros de vida	20 014	21 000	33 135	37 000	37 000	37 000
Gastos ação social	242 313	194 119	270 129	197 373	197 373	197 373
Outros	96 921	126 090	95 710	88 250	88 250	88 250

5.9. Memória descritiva dos novos investimentos com expressão material

5.10. Análise Custo Benefício para o recrutamento de pessoal